

# Acção Socialista



Nº 1281 17 Abril 2007

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

[www.accaosocialista.pt](http://www.accaosocialista.pt) ■ [accaosocialista@ps.pt](mailto:accaosocialista@ps.pt)

MOTA ANDRADE, PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DE BRAGANÇA

**“Afirmar o PS como o partido da igualdade de oportunidades e da solidariedade”**



9

CORREIA DE CAMPOS  
**“Reformas na Saúde concretizam todos os compromissos do Governo”**



3

Eleições na Madeira 20



**PS tem como prioridade as pessoas**

Artigos de Opinião

Carlos Zorrinho, Francisco Ferreira, Alfredo Marques, António Gameiro, Horácio Antunes, Isabel Santos, Maria Santos, Arnaldo Frade, Celso Guedes de Carvalho, Ricardo Freitas, Ricardo Gonçalves, Celso Guedes de Carvalho, Luís Miguel Ferreira, Oscar Gaspar

Nesta edição



**Suplemento DNMS**

**34**  
ANOS

**NOVOS TEMPOS,  
NOVOS RUMOS.**

19 de Abril de 2007



## EDITORIAL

## DISCUTAMOS A POLÍTICA



**JORGE SEGURO SANCHES**  
Director  
jseguro@ps.parlamento.pt

**1.** Um dos jornais de referência da economia e da política mundial, o “Financial Times”, publicou na semana passada um artigo, com chamada à primeira página, no qual elogia os resultados económicos que José Sócrates e o PS conseguiram em Portugal, desde as eleições de há pouco mais de dois anos.

O artigo, intitulado “Disposição de Portugal aumenta à medida que a recessão desaparece”, realça que Portugal mudou muito para melhor e que o moral do país está em recuperação, à medida que a sombra da recessão desaparece. “Em menos de dois anos, o défice de Portugal (...) desceu para 3,9 por cento. É esperado que caia para perto de 3 por cento, o máximo permitido segundo as regras da zona euro, no final deste ano», refere aquele jornal.

O “Financial Times” destaca ainda o facto da taxa de crescimento económico ter ultrapassado as previsões, em consequência do aumento das exportações e até mesmo das reformas estruturais que o Governo tem em curso, “resultando no maior corte nas despesas públicas primárias (...) em 30 anos”.

O referido jornal conclui ainda que Durão Barroso, “quando visitar Lisboa em Julho, altura em que Portugal vai assumir a presidência rotativa da União Europeia, vai encontrar o seu país num ambiente muito mais positivo do que quando o abandonou na sombra da recessão”.

**2.** Na entrevista concedida à RTP, em balanço dos dois anos de governação, José Sócrates estabeleceu um objectivo ambicioso, e que seria

uma miragem há dois anos: chegar ao fim da actual legislatura, em 2009, com a economia portuguesa a crescer a um ritmo “muito próximo do da média europeia ou até acima”.

Em previsões, nesse mesmo dia divulgadas, o Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu em alta o crescimento da economia portuguesa para 1,8 por cento, valor igual ao previsto pelo Governo, num momento em que Portugal consegue reduzir substancialmente o défice das contas públicas da previsão de 6,2 por cento em 2005 para os 3,9 por cento já atingidos em 2006. Como bem lembrou José Sócrates, a última vez que tínhamos tentámos reduzir o défice, entrámos em recessão.

**3.** Ainda a meio do mandato, o sucesso de José Sócrates, do PS e de todos os portugueses é o sinal claro de que temos um rumo e uma razão de serviço público que nos obriga a governar de forma decidida e reformista para dar resposta aos problemas do país.

Reformar é quase sempre incomodar e a discussão sobre a carreira académica de José Sócrates não sendo nenhuma novidade – era conhecida e reconhecidamente conhecida na blogosfera e nas redacções dos jornais desde há mais de dois anos – surgiu com uma amplitude desmesurada apenas agora. Porque terá sido?

José Sócrates, num acto de responsabilidade mas também de grande humildade democrática, aceitou discutir todo o seu percurso académico na televisão, perante todos os portugueses. Sete anos e meio de ensino superior e mais de 50 cadeiras foram apresentados de uma

forma clara e esclarecedora por quem cumpriu aquilo que lhe era exigido no bacharelato, na licenciatura e nas pós-graduações em todos os estabelecimentos de ensino superior que frequentou.

Incapaz de apresentar projectos e ideias políticas alternativas e mesmo depois de todos os esclarecimentos, Marques Mendes, nos bastidores, veio muito rapidamente tentar manter vivas as insinuações sem fundamento pretendendo, assim, tirar algum proveito partidário de uma questão pessoal que não passa de rumores e de insinuações.

Com esta atitude, Marques Mendes ficou isolado, quer no grupo dos líderes partidários da oposição, quer, em especial, no seu partido onde foi criticado por outros como Duarte Lima, Santana Lopes ou Marcelo Rebelo de Sousa. Arrependido, depois de criticado pelo seu oportunismo e aproveitamento político, Marques Mendes, logo no dia seguinte, abandonou o tema e timidamente voltou a tentar discutir no fim-de-semana seguinte a educação em Coimbra ou o QREN em Aveiro.

Após três semanas de muitas palavras, muitas páginas, muita discussão e intriga, é tempo de recolocar a atenção de todos nós nos desafios do país. Afinal, não podendo ou não sabendo contestar a política não é a primeira vez que alguns tentam trazer para a discussão política insinuações, boatos e calúnias sobre a vida privada de José Sócrates. Aposto que não foi nem será a última vez.

Discutamos a política. É mais sério e acima de tudo mais útil para Portugal.

## DESFEITAS QUAISQUER DÚVIDAS

## Currículo académico do primeiro-ministro está esclarecido

O PARTIDO Socialista considera que a questão levantada pelo currículo académico de José Sócrates é hoje um assunto encerrado após a entrevista que o primeiro-ministro deu à RTP, e à RDP no passado dia 11 de Abril, após o Telegiornal das 20 horas.

Para Vitalino Canas, porta-voz socialista, o maior partido da oposição e o seu presidente, ao quererem prolongar este assunto para além da náusea, mais não estão a pretender do que tentar capitalizar em proveito próprio um tema que o primeiro-ministro de forma cabal já explicou ao país.

Para este dirigente do Partido Socialista, tudo o que o PSD tem dito, após os esclarecimentos do primeiro-ministro na TV, soam a falso, nomeadamente a proposta que Marques Mendes defendeu, “somente meia-hora depois da entrevista de José Sócrates”, de se abrir uma investigação por uma entidade independente ao percurso académico de José Sócrates.

Segundo a opinião de diversos observadores, ligados ou não ao Partido Socialista, esta intervenção do líder do PSD pecou por cheirar a oportunismo político, tendo mesmo um dirigente do Bloco de Esquerda afirmado na RTP que, com esta declaração, Marques Mendes tinha assinado a sua



declaração de morte política.

Mas esta triste e inoportuna intervenção do responsável do maior partido da oposição também não passou despercebida a Vitalino Canas, que a classificou de “pouco inteligente” e de

ter sido uma excelente oportunidade perdida para mostrar “alguma elevação democrática”.

O primeiro-ministro foi democraticamente humilde e totalmente esclarecedor, defendeu Vitalino Canas,

considerando que Sócrates “explicou até ao pormenor” o percurso do seu currículo académico.

O ponto que era indispensável esclarecer, disse ainda o porta-voz do PS, ficou “totalmente claro” e

o mais importante, defendeu, era explicar às pessoas e ao país “se o primeiro-ministro tinha sido objecto de algum favorecimento ou se de algum modo tinha, pelo seu lado, favorecido alguém ou alguma instituição académica por onde passou enquanto estudante”.

O caso está portanto “total e absolutamente encerrado” e querer prolongá-lo só demonstra, na opinião de Vitalino Canas, querer prosseguir numa atitude deplorável e de “baixa política”.

A propósito deste assunto, também o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, considerou que “só os fracós recorrem ao insulto”, defendendo que as declarações de Marques Mendes traduzem o sentimento de alguém que faz política com base nos julgamentos de carácter e nos insultos pessoais”.

Também o ex-dirigente socialista Jorge Coelho acusou o líder do PSD, Marques Mendes, de ter feito críticas ao primeiro-ministro “indignas de alguém que pretende chefiar o Governo de Portugal”.

Para Jorge Coelho, em política “não pode valer tudo”, razão porque a calúnia e a ofensa pessoal devem ficar de fora do discurso e da luta política. **R.S.A.**



# “As reformas na Saúde concretizam todos os compromissos do Programa do Governo”



**Em pouco mais de duas décadas, Portugal passou de um país sanitariamente atrasado a um dos que apresentam melhores indicadores de saúde do globo. Mais e melhor saúde para todos e um Serviço Nacional de Saúde (SNS) centrado no cidadão são os objectivos que orientam e determinam as reformas que a tutela está a levar para o terreno.**

**Em entrevista ao “Acção Socialista”, Correia de Campos faz uma avaliação positiva de dois anos à frente do Ministério e garante que as reformas por si implementadas estão já a dar aos utentes ganhos qualitativos bastante assinaláveis.**

RUI SOLANO DE ALMEIDA

**O reordenamento e o respectivo encerramento de algumas maternidades, de urgências e dos SAP, levantaram, como se sabe, alguma polémica no país.**

**Alguns meses depois de o Ministério da Saúde ter empreendido esta política, que balanço faz das medidas tomadas?**

O balanço é altamente positivo. O Ministério dispõe já de uma avaliação aos primeiros seis meses após o encerramento dos blocos de parto das maternidades do Hospital de Santa Maria Maior, em Barcelos, Hospital Conde de São Bento, em Santo Tirso, e Unidade Hospitalar de Mirandela, do Centro Hospitalar do Nordeste, que revela ganhos em saúde para as mulheres, redução dos riscos para as crianças e uma avaliação positiva na opinião das intervenientes. Os ganhos qualitativos são também assinaláveis. Ora, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações é, nesta nova reforma das urgências, um dos grandes objectivos da requalificação em curso, como tal reconhecida pelas autarquias que assinaram

voluntariamente protocolos com o Ministério.

A mesma preocupação orienta o Ministério da Saúde na reorganização do atendimento nocturno (00h – 08h) hoje prestado pelos SAP, aos quais as populações se habituaram a recorrer durante anos sem a garantia de que, em casos realmente urgentes, esses serviços não estavam apetrechados para dar uma resposta à altura.

Sempre em colaboração com as autarquias, tem sido possível garantir que as populações beneficiem de condições de saúde realmente adequadas ao melhor atendimento de todas as situações.

**Algumas associações de bombeiros queixam-se de serem as primeiras “vítimas” das novas políticas pelo acréscimo de trabalho a que passaram a ficar sujeitas, uma vez que têm agora, nomeadamente, que percorrer distâncias muito maiores para poderem acudir às solicitações dos utentes.**

**A Liga dos Bombeiros Portugueses, por seu lado, já manifestou discordância em relação à política do Ministério da Saúde.**

**Em sua opinião, Liga e Associações de Bombeiros têm razão?**

Os bombeiros desempenham um papel importante no transporte não emergente de doentes, quando é reduzido o risco de vida para a vítima.

A recente revisão do protocolo de colaboração entre o INEM e a Liga dos Bombeiros, actualizando um documento que datava de 1982, cria condições para uma melhor articulação e coordenação entre as entidades que operam nesta área. A cobertura de todo o território pelas Centrais do INEM em 2006, com o papel de orientação dos doentes urgentes, reforça a segurança de todo os cidadãos, utilizando uma extensa rede de helicópteros, ambulâncias, VMER e outros meios.

**Desde o passado dia 5 de Abril quem recorrer, no âmbito do SNS, a hospitais ou a centros de saúde, começou a pagar em taxas moderadoras mais 2,3 por cento.**

**Acha que o Governo e o seu Ministério, em particular, explicaram bem e de forma simples à população as razões deste aumento?**

Segundo a legislação em vigor, as taxas moderadoras do Serviço Nacional de Saúde são actualizadas anualmente de acordo com a inflação. É um processo regular que acontece há vários anos.

A entrada em vigor de duas novas taxas moderadoras, internamento e cirurgia de dia – em vigor em nove dos quinze países da UE com sistema universal de saúde – tem já paralelo nas segundas e subse-

OPINIÃO



**CARLOS ZORRINHO**  
Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico

*Na economia aberta em que vivemos, não há redistribuição possível sem capacidade de criação de riqueza*

## SOCIALMENTE JUSTO

FACE aos novos desafios do mundo global e da economia do conhecimento, vai sendo cada vez mais explícita uma dicotomia perversa entre um certo discurso socialmente correcto da velha esquerda e as práticas socialmente justas que caracterizam a agenda política da esquerda progressista e moderna.

O socialmente correcto, cultivado até à exaustão pelos partidos e movimentos da esquerda conservadora, caracteriza-se por um elevado grau de exigência na preservação dos direitos e das garantias adquiridas por aqueles que atingiram um patamar elevado de benefícios sociais, sem cuidar da sua sustentabilidade ou do direito de acesso daqueles que ainda não têm direitos ou garantias com um mínimo de dignidade.

Pelo contrário, o socialmente justo, praticado com ousadia e determinação pelo Governo em funções, aposta na equidade e na competitividade, como suportes para a viabilidade dum modelo digno de respostas sociais para os que delas mais necessitam.

Na economia aberta em que vivemos, não há redistribuição possível sem capacidade de criação de riqueza. Acresce que as regras saudáveis subjacentes ao Pacto de Estabilidade e Crescimento consagram mesmo este princípio no quadro dos nossos compromissos internacionais, como condição de confiança e credibilidade.

Por isso a aposta na modernização da economia, do sistema educativo e do sistema científico é um pilar determinante para a defesa do Estado Social e de políticas baseadas no princípio da criação de oportunidades de mobilidade social positiva para todos, ao longo da vida.

O socialmente correcto foca-se num ideal irrealizável e esfuma-se face à crueza da escassez dos recursos disponíveis. Em contrapartida, o socialmente justo cria as condições para que toda a ambição seja legítima, promovendo as bases para o desenvolvimento sustentável do país, mesmo que isso signifique, como significa, esforço, sacrifício e empenho de todos.

As sociedades modernas têm que optar entre o facilitismo do socialmente correcto e o desafio do socialmente justo. Portugal fez a escolha mais difícil mas também a mais correcta. Está no bom caminho.





## OPINIÃO



**FRANCISCO ÂNGELO DA SILVA FERREIRA**  
Médico, presidente da Câmara Municipal de Vizela

*Começo a ver uma luz ao fundo do túnel que me anuncia melhoras significativas*

## UNIDADES DE SAÚDE FAMILIAR – A NOVA POLÍTICA DE SAÚDE

EXERCI medicina como médico de família durante 20 anos, com as dificuldades inerentes ao desempenho do cargo visto não ter, na altura, os melhores equipamentos; os meios auxiliares de diagnóstico suficientes; falta de humanismo nos serviços e listas de espera infundáveis. Enfim, sempre senti, assim como sentiram as centenas de médicos generalistas e especialistas com quem convivi, uma grave insuficiência dos serviços de cuidados primários de saúde.

Como outros colegas, as dificuldades foram sempre encaradas com elevado sentido de altruísmo e entrega à profissão.

Hoje, a realidade está a mudar. Começo a ver uma luz ao fundo do túnel que me anuncia melhoras significativas. E um dos exemplos de mudança foi-nos apresentado no passado dia 28 de Março, com a inauguração do Centro de Saúde de Vizela.

Na mesma ocasião, foram inauguradas duas Unidades de Saúde Familiar, a funcionar, cada uma, com sete médicos e respectivos enfermeiros e pessoal administrativo.

Em conversa com os meus colegas médicos do Centro de Saúde de Vizela, deparei-me com um cenário completamente novo: o corpo clínico estava contente, empenhado e motivado. Tão motivado que as novas unidades haviam começado a funcionar antes da data prevista; as consultas eram programadas, deixando de haver as chamadas “enchentes” de doentes que se aglomeravam à porta do antigo Centro de Saúde a partir das cinco horas da madrugada.

O acesso a informação actualizada sobre a história clínica do paciente é agora feito por qualquer médico da Unidade de Saúde correspondente.

Fruto da criação destas duas Unidades de Saúde Familiar, o serviço de consulta aberta funciona entre as 8 e as 20 horas. É chega! E chegará, pois seria demagógico da minha parte, como responsável, exigir que o Governo deite dinheiro fora, passe a expressão, uma vez que todos os utentes são atendidos naquele horário, deixando para os hospitais as verdadeiras urgências.

Aliás, estou em crer que o Hospital Sra. Da Oliveira, em Guimarães, beneficiará com esta reorganização e bom funcionamento das Unidades de Saúde de Vizela, deixando também ele de se deparar com casos de falsas urgências.

A este respeito, lembrava-me um colega, os atendimentos entre as 0 e as 8 horas no Serviço de Atendimento e Cuidados de Urgência (SACU) raramente existiam e, quando surgiam, diziam respeito a situações menores. É altamente desmotivador para um profissional de saúde passar uma noite de serviço sem nada para fazer.

É indispensável que o Ministério da Saúde, com os recursos de que dispõe, mantenha a postura actual e faça com que os serviços de saúde funcionem de facto. Não quero com isto ser simpático com o Governo, nem me importo de ser apelidado de alinhado pela imprensa, como já aconteceu.

Manifesto a minha opinião por saber do que falo e por me preocupar, como médico, com a prestação de serviços de saúde com qualidade aos utentes e porque, enquanto autarca, sei bem que há decisões que, por mais controversas que possam ser, têm de ser adoptadas com firmeza para que impere o rigor, a igualdade e a promoção da qualidade na prossecução do bem comum. Em todos os sectores, sem excepção, a relação custo/benefício tem de ser ponderada.

Como presidente da Câmara, tenho a obrigação moral e material de defender o interesse da nossa população. Nesse sentido, caso tivesse de me opor ao Governo para defender os vizelenses no que à política de saúde diz respeito, fá-lo-ia sem qualquer temor. Daí que não hesite em afirmar que grande confusão reina na mente de algumas populações e autarcas! Estes, com calma, lucidez, mostrando-lhes a razoabilidade e a justiça das medidas adoptadas, compreenderiam que muito dinheiro é desperdiçado com os SAP.

Aos meus colegas autarcas lembro que o tempo é bom conselheiro e a história julgará positivamente as reformas dos cuidados de saúde primários.



> quentes consultas, nos medicamentos e nos meios de diagnóstico, tudo serviços ou bens decididos pelo médico.

Mas temos consciência social. Veja-se o recente alargamento da isenção do pagamento de taxas moderadoras às vítimas de violência doméstica, no cumprimento do dever do Governo de assegurar maior protecção aos mais fragilizados e menos vocais.

O mesmo objectivo é garantido com numerosas isenções ao pagamento das taxas moderadoras, que abrangem 55 por cento da população. Incluem grávidas e parturientes, crianças até aos 12 anos, pensionistas com pensão inferior ao salário mínimo, desempregados, internados em lares, incapacitados a mais de 50 por cento, beneficiários do rendimento social de inserção, doentes mentais, diabéticos, hemofílicos, insuficientes renais, doentes com HIV e oncológicos, dadores de sangue, bombeiros e muitas outras categorias sociais.

**Alguém recordava que “Margaret Thatcher caiu quando procurou destruir o Serviço Nacional de Saúde”?**

**Em sua opinião, esta imagem é de algum modo justa ou sequer aplicável em relação às reformas que o ministro Correia de Campos tem vindo a introduzir na política de saúde em Portugal?**

Nem a frase é verdadeira, nem as situações são paralelas. Margaret Thatcher caiu pela criação da “poll tax”, uma taxa individual de cidadania, espécie de “imposto de palhota” do tempo colonial.

As reformas que o Ministério da Saúde tem desenvolvido concretizam, todos os compromissos do Programa do Governo, centrando no cidadão o SNS, adaptando-o às novas realidades.

E a prova de que estamos a cumprir este objectivo está nos resultados obtidos, com a ampliação da produção de hospitais e centros de saúde, redução das listas de espera para cirurgia, criação de 53

**Pela primeira vez, desde há muitos anos, o Ministério da Saúde conseguiu encerrar as suas contas dentro do orçamento**

Unidades de Saúde Familiar, novas camas para idosos e dependentes e um maior acesso ao medicamento, conseguido pela redução do seu preço, abertura de 400 lojas de venda de medicamentos sem receita médica e ampliação da quota de genéricos (que já ultrapassou os 17 por cento).

**Há quem o defina como um ministro da Saúde tecnicamente competente mas que tem vindo a empreender no Ministério uma política centrada numa concepção autoritária, economicista e uma queda não assumida pela privatização do sector.**

**Em sua opinião, são justas estas análises ou tem sido, ao invés, a mensagem do Ministério da Saúde e do ministro que não tem estado a passar para a opinião pública?**

O diálogo proveitoso iniciado com todos os actores sociais, neste momento com as autarquias, e traduzido em inúmeros acordos assinados de mútuo acordo, contraria a afirmação feita.

A política desenvolvida pelo Ministério centra-se em três pilares: a reforma dos cuidados primários através de Unidades de Saúde Familiares, a criação dos cuidados continuados e uma gestão cuidada e exigente do orçamento, pois sem boas contas não pode haver bom SNS.

Pela primeira vez, desde há muitos anos, o Ministério da Saúde conseguiu encerrar as suas contas dentro do orçamento previsto, 1,4 por cento acima do ano anterior; se a tendência da despesa dos três últimos anos não tivesse sido contida,

teríamos gasto mais 387 milhões de euros. Contenção da despesa com aumento da produção em todos os actos.

Na reforma dos cuidados primários, destacam-se os ganhos em personalização dos cuidados de saúde através das Unidades de Saúde Familiar, organizadas voluntariamente pelos profissionais em equipa, funcionando em permanente inter-substituição, e retribuídos pelo desempenho.

Nos cuidados continuados salienta-se a capacidade mobilizadora da política social, que conseguiu envolver profundamente dois ministérios (Ministério da Saúde e Ministério Trabalho e Segurança Social), dezenas de hospitais e centros de saúde e também instituições privadas de solidariedade social. O envolvimento das famílias está também garantido, sobretudo na componente social. Celebraram-se acordos que abrangem 1264 lugares. Para 2007-2008, procuraremos atingir 5182 camas.

Estes três pilares de actuação parecem um programa simples. São questões essenciais, mas difíceis de executar. Implicam negar privilégios, desmontar interesses, desfazer combinações espúrias, construir de novo, desde a base, em suma, geram incomodidade. Daí alguma hostilidade mal disfarçada em certos círculos e visíveis dificuldades de acomodação em muitos dos que estão politicamente ao nosso lado. Trata-se de um desconforto temporário, sacrifícios que se perdem no curto prazo, para que o país progrida no médio/longo prazo.

Deixar tudo como está, traria popularidade, sem dúvida, mas conduzia-nos ao défice incontável, à perda de respeito internacional, à destruição da nossa auto-estima de portugueses. Os sacrifícios têm um preço, que não pode ser insuportavelmente alto, mas explicam-se pela ambição do progresso. Não é outra coisa senão o dever de governar para o futuro dos portugueses.

Decidir, mesmo sendo difícil a decisão.



# É necessário tornar a Região Centro mais competitiva



O MINISTRO do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, Nunes Correia, propôs a melhoria das acessibilidades para desenvolver a zona do Pinhal Interior Norte e Sul, na Região Centro, que considerou das “mais problemáticas do país”.

Nunes Correia falava na sessão de encerramento da conferência “A Região Centro” promovida pelas federações do PS da Guarda, Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Leiria e Viseu, uma iniciativa em que os participantes empresários, autarcas, dirigentes e militantes do PS concluíram que é necessário tornar a Região Centro mais competitiva, rentabilizando as diversas potencialidades, desde a saúde, a economia, o turismo e o ensino.

Segundo referiu Nunes Correia, a área territorial do Pinhal Interior Norte e Sul – que abrange partes dos distritos de Coimbra, Leiria, Santarém e Castelo Branco – “é uma das regiões mais complexas, mais afastadas de uma centralidade e mais afectadas pelo despovoamento”, pelo que, alertou, “pode ter tendência a ser duplamente esquecida, porque é uma região periférica dentro da própria Região Centro”.

Para inverter a situação, o governante defendeu a melhoria das acessibilidades, nomeadamente a construção dos Itinerários Complementares 6 (ligação Coimbra - Covilhã) e 8 (Coimbra - Castelo Branco) e a aposta em “programas comunitários destinados a regiões de baixa densidade populacional”.

Na sua intervenção, o ministro disse ainda que “o Centro não pode apenas existir por ser um espaço intermédio entre Lisboa e Porto, tem de construir a sua identidade”, disse.

## “Lojas do cidadão móveis”

Nunes Correia anunciou ainda que o Governo vai criar este ano, a título experimental, “lojas do cidadão móveis” em zonas “remotas e de baixa densidade populacional”, onde os cidadãos locais poderão, por exemplo, tratar do Bilhete de Identidade ou entregar documentos à Segurança Social sem se deslocarem aos respectivos serviços.

A ideia, explicou, é “haver uma itinerância que, uma vez por semana, percorre determinados percursos

onde as populações que querem tratar do Bilhete de Identidade ou precisam de entregar um documento para a Segurança Social, poderem-no fazer com base nessa carrinha móvel”.

Por outro lado, o ministro do Ambiente assinalou que o próximo QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional “traz alguns elementos novos e encorajadores e a Região Centro tem muito a ganhar com a forma como os Programas Operacionais Regionais Temáticos se projectam”.

Referindo que “vêm aí anos que podem ser auspiciosos”, Nunes Correia sustentou que “há muito a fazer”, sendo necessária “uma atitude pro-activa”.

Já o presidente da Federação da Guarda, Fernando Cabral, na abertura dos trabalhos, referiu que o objectivo principal deste debate é pôr as seis federações socialistas a discutir os problemas da Região Centro, “de forma a termos um conhecimento mais profundo das realidades de cada distrito”, adiantando que este é o primeiro de vários encontros que se vão realizar.

Fernando Cabral fez ainda questão de salientar que esta e outras iniciativas que se seguirão não têm nada a ver com movimentos pró-regionalização

Durante a conferência, em que foram discutidos os temas “Turismo e economia” e “Recursos regionais e desenvolvimento”, o presidente da Federação do PS de Viseu, José Junqueiro, disse que tem “muita confiança na Região Centro”, mas alertou que “não iremos a lado nenhum se estivermos apenas a choramingar”. Junqueiro apelou ainda para que sejam aproveitadas “as verdadeiras potencialidades do território”.

Por sua vez, o presidente da Federação de Aveiro, Afonso Candal, chamou a atenção para a “grande relevância” que constitui o porto de Aveiro do ponto de vista económico, sublinhando ser importante que se concretize a ligação ferroviária Aveiro-Salamanca, que seria um importante contributo para a fixação de empresas.

Candal fez ainda votos que o “grande projecto” que se encontra parado da marina da barra do porto de Aveiro, uma estrutura de apoio à náutica de recreio, com enorme potencial turístico, seja uma realidade. **J. C. C. B.**

## OPINIÃO



ALFREDO MARQUES\*

*São bons sinais o sucesso e o crescimento rápido que registam, no país e no estrangeiro, os principais grupos económicos da Região Centro*

## REGIÃO CENTRO DISCUTIDA NA GUARDA

AS SEIS federações distritais do PS da Região Centro (Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu) organizaram na Guarda, no passado dia 31 de Março, uma conferência-debate intitulada “A Região Centro”. Foi uma iniciativa feliz, pois permitiu abordar questões essenciais para o desenvolvimento do país, a propósito da discussão da Região. Ficou patente no debate, que foi marcado pela manifestação de uma diversidade de opiniões sobre o tema em saudável convívio, que ninguém deseja vir a ter no futuro uma Região (como unidade territorial político-administrativa) para ter mais Estado, mas para tornar um Estado mais descentralizado e mais eficiente (melhor Estado). Neste sentido, impõe-se a estruturação e consolidação da Região Centro, como parcela do todo nacional dotada de recursos e potencialidades singulares cuja valorização integral se torna indispensável ao progresso do país no seu conjunto.

Foram, assim, focados e discutidos, com maior ou menor profundidade, três elementos básicos constituintes da (de qualquer) Região. Em primeiro lugar, a existência de actores e instituições. Se é indiscutivelmente desejável a atracção de investimento externo (à Região e ao País), constitui, no entanto, uma condição essencial ao desenvolvimento regional auto-sustentável a existência de agentes económicos de alguma dimensão oriundos da própria Região. São, assim, bons sinais o sucesso e o crescimento rápido que registam, no país e no estrangeiro, os principais grupos económicos da Região Centro.

Constituem, por outro lado, um traço marcante da Região os actores e instituições do Sistema Científico e Tecnológico (universidades, institutos politécnicos, outros centros de conhecimento). O que falta a este propósito, para além do necessário desenvolvimento de per si de cada um destes agentes, é o seu entrosamento com o sistema produtivo regional, como alavanca para esse desenvolvimento individual e como ingrediente indispensável à plena e eficiente valorização dos recursos económicos regionais.

A Região Centro também já dispõe de entidades associativas que operam à escala regional; é o caso do CEC-Conselho Empresarial do Centro/Câmara de Comércio e Indústria do Centro e da Agência de Promoção Turística. Para além de ser desejável o surgimento de outros actores, noutros domínios, com esta mesma escala de intervenção, é também necessário que estas instituições já existentes se consolidem para poderem realizar plenamente a sua vocação e, assim, darem um contributo efectivo e crescente ao desenvolvimento da Região.

Por último, no plano dos actores e instituições, importa destacar o contributo do PRACE para a configuração da Região. Ao uniformizar o modelo territorial da administração desconcentrada do Estado, este programa de reestruturação veio alinhar pedras essenciais do edifício regional que permaneciam desencontradas. Subsiste, contudo, um problema por resolver neste domínio: não basta pôr em coerência territorial unidades administrativas de diferentes sectores do Estado; é preciso também pô-las em coerência de funcionamento, para que actuem de um modo convergente no mesmo espaço territorial. Na ausência, por enquanto, de integração orgânica destas diferentes unidades, seria necessário, pelo menos, garantir desde já a sua articulação funcional no espaço regional. Tal articulação, no que concerne à aplicação territorial das políticas de desenvolvimento económico e social, poderia ser assegurada através das funções de coordenação regional que, nos termos da lei, cabem às CCDR. Não parecem, contudo, estar reunidas condições suficientes para o exercício efectivo destas funções e, portanto, para a referida articulação.

Um segundo elemento essencial da (de uma) Região encontra-se na existência de dinâmicas próprias, estruturadoras do espaço regional, em particular no domínio económico. Na Região Centro, os eixos Aveiro-Águeda e Leiria-Marinha Grande cumprem bem este papel no que respeita, em especial, a indústrias baseadas em recursos naturais da Região. Mas também no domínio das novas tecnologias, em particular da produção de software, se estão a afirmar alguns actores importantes, em especial em torno das universidades

de Aveiro e Coimbra. Estas dinâmicas permanecem, contudo, limitadas em termos espaciais e mobilizam apenas uma parte dos recursos físicos e humanos de que a Região dispõe.

A mobilidade de pessoas e mercadorias foi mencionada nesta conferência, como tem acontecido na generalidade dos debates sobre a Região Centro, como um domínio onde se registam actualmente dinâmicas negativas. De facto, se é inquestionável que a Região Centro colhe benefícios das novas vias de comunicação que foram construídas no País nas duas últimas décadas, ficando ligada de um modo mais rápido e mais seguro ao resto do País e ao estrangeiro, também é verdade que estas vias de comunicação, cujo desenho é, no essencial, longitudinal, constituem actualmente factores de desagregação territorial, pois quebraram ou enfraqueceram as tradicionais ligações transversais da Região consigo própria, que davam consistência a esta parcela do País. A recuperação destas últimas ligações, que passa pela construção ou melhoramento de vias transversais (nomeadamente o IC6 e o IC8) competitivas com as vias longitudinais existentes tornou-se uma condição indispensável à travagem do processo de esvaziamento populacional e económico a que se assiste no miolo da Região.

Terceiro elemento para a estruturação da Região: a existência de uma agenda regional. Esta faz-se, nomeadamente, com os dois ingredientes que a seguir se descrevem. Um estratégia regional, em primeiro lugar. Duas circunstâncias felizes vêm dar uma ajuda preciosa neste último domínio: o PROT (plano regional de ordenamento do território), que foi lançado em meados de 2006 e cuja elaboração, envolvendo todas as forças vivas da Região, se prolongará até ao final do ano em curso, vem dotar a Região Centro, pela primeira vez, de um quadro de referência e de regras basilares para o uso e ocupação do solo abrangendo o conjunto do território regional; o QREN, cuja aplicação na Região obriga (por imperativo comunitário) à definição de uma estratégia para a competitividade e a coesão regionais, a qual deve enquadrar não apenas a PO Regional, mas também todos os outros investimentos a co-financiar pelos fundos estruturais.

Segundo ingrediente da agenda regional: a internacionalização. Esta implica, em primeiro lugar, colocar a Região noutras agendas do país e da União Europeia, para além daquelas onde o PROT e o QREN automaticamente a integram. Dois exemplos prosaicos, pela negativa, a este respeito: a agenda nacional de promoção externa da economia, onde a Região Centro, tradicionalmente, faz figura de ilustre desconhecida, e a agenda, também nacional, de captação de investimento estrangeiro, na qual a Região Centro está a aparecer, pela primeira vez, de forma vistosa com o projecto da Pesca Nova, em Mira.

Para além de marcar presença nestas agendas, a Região precisa, contudo, também de efectuar directamente a sua própria promoção. É certo que, no domínio do turismo, tal já acontece pela acção da Agência de Promoção Turística baseada no financiamento nacional por esta recebido para este fim específico. Também é verdade que a actividade de cooperação inter-regional em que a Região Centro tem estado envolvida tem contribuído para construir uma boa imagem da Região. Sucede, porém, que, no primeiro caso, a promoção se circunscreve a um número reduzido de sectores económicos (apesar da sua grande importância para a Região Centro) e, no segundo, se trata de um canal demasiado estreito e onde as perspectivas para os próximos anos não são animadoras (dada a drástica redução sofrida pelos recursos financeiros europeus para a cooperação territorial). A Região precisa, assim, de outros canais de promoção, nomeadamente a presença directa junto das instituições da União Europeia (à imagem do que acontece com muitas outras regiões da Europa) e o contacto com as comunidades de emigrantes oriundos desta parcela do país.

A conferência-debate promovida pelas federações distritais do PS foi, assim, uma iniciativa útil à Região Centro e ao país, que, por isso mesmo, merece ser repetida oportunamente.

\*Presidente da CCDR Centro



## OPINIÃO

ANTÓNIO GAMEIRO  
Deputado do PS

*O PS tem uma proposta-base, séria e credível, para poder trabalhar e reformar a Assembleia da República, ao mesmo tempo que reúne, do ponto de vista político, todas as condições para o poder materializar sozinho*

## REFORMAR O PARLAMENTO, REVIGORAR A DEMOCRACIA! (PARTE I)

O NOSSO camarada António José Seguro e o Grupo de Trabalho apresentaram em nome do Grupo Parlamentar do PS uma excelente proposta de reforma do Parlamento.

O PS, com esta iniciativa, leva por diante mais uma mudança de fundo, cumpre mais uma promessa eleitoral e assume o pontapé de saída para a reforma do sistema político. Portugal precisa, o PS concretiza!

Neste momento, o PS tem uma proposta-base, séria e credível, para poder trabalhar e reformar a Assembleia da República, ao mesmo tempo que reúne, do ponto de vista político, todas as condições para o poder materializar sozinho. Sou dos que advogam uma reforma do Parlamento vasta e profunda, pelo que devemos estudar com toda a abertura e espírito construtivo a maioria das propostas das outras forças políticas, de forma a que sem desvirtuar o "sentido da reforma", possamos aprovar legislação e modelos de trabalho o mais abrangentes, eficazes e consensuais possíveis.

A proposta de reforma apresentada deve ser analisada com base nos seus cinco pontos: a autonomia do Parlamento, a sua eficácia, a accountability e a proximidade aos cidadãos, o papel activo do Parlamento na construção europeia e a transparência e o exemplo que a Assembleia da República deve assumir.

Enquadrados nestes cinco matizes, propõem-se 96 propostas de mudança institucional, de mecanismos de trabalho político, de mandato, de tarefas rotineiras concretas e de atitude deste órgão de soberania enquanto epicentro do sistema político português.

Há, no entanto, a destacar três áreas que são, a meu ver, a mais-valia desta proposta:

a) uma visão inovadora sobre a acção política, de onde se destacam as propostas de actualização da função legisladora do Parlamento e reforço do debate político através de uma agenda mais adequada e prestigiante, reforçando a sua capacidade de controlo do Governo, nomeadamente da regulamentação, execução e avaliação das leis, crítica hoje por todos sentida e que leva os portugueses a questionar-se sobre o tempo e o modo de como certas matérias são ou não regulamentadas;

b) uma nova cultura parlamentar, em que se destaca a necessidade de assumir um Parlamento de Iguais e se propõe a alteração ao método de trabalho parlamentar assente nas sessões plenárias, valorizando todo o restante trabalho, através de métodos transparentes, credíveis e estimulantes à participação política dos cidadãos;

c) criar condição de verdadeiro nexos entre representantes e representados, seja através dos meios tecnológicos existentes de contacto e comunicação, seja por via do alargamento do âmbito e incentivo à participação política dos cidadãos na vida parlamentar e, sobretudo, no procedimento legislativo, onde se fazem propostas concretas que pretendem diminuir a distância hoje sentida entre o Parlamento e os cidadãos.

Acrescem, como é natural, muitas outras matérias que são objecto de estudo e concretização que com muito mérito são apresentadas, mas são de sublinhar especialmente, as que credibilizam a acção política dos deputados e melhoram a imagem negativa que subsiste hoje do trabalho parlamentar e da Assembleia da República.

Com estas propostas iniciais, abertas à discussão de todos e programadas para serem aprovadas até fins de Julho, esperar-se a participação de todos os socialistas, porque esta matéria é da responsabilidade de cada um de nós, a bem da política e da saúde da nossa democracia!

O PS está de parabéns!

# Governo cumpre em 2006 promessa de reduzir efectivos da Administração Pública

O GOVERNO cumpriu em 2006 a regra de entrada de um funcionário público por cada duas saídas, tendo-se verificado uma taxa de substituição na ordem dos 45,5 por cento no total dos trabalhadores da Função Pública.

Os dados foram adiantados pelo ministro das Finanças e da Administração Pública, que lembrou que o número de efectivos reduziu-se em 10.871 no ano passado, "uma taxa que representou mais do que a regra determinada", lembrando Teixeira dos Santos que o programa do Governo prevê, ao longo da legislatura de quatro anos, reduzir em cerca de 75 mil os efectivos da Administração Pública.

Para atingir o desiderato de uma redução de trabalhadores da Função Pública com esta dimensão até 2009, a via das rescisões amigáveis está, na perspectiva do responsável pela pasta das Finanças e da Administração Pública, "fora de causa", uma vez que, lembrou Teixeira dos Santos, o país não está preparado para assumir um "custo financeiro que uma situação dessas acarretaria", lembrando, a propósito, que a "contenção orçamental em curso" não abre qualquer perspectiva para uma solução deste tipo.

No entanto, sublinhou, os princípios orientadores para a reforma dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações na Administração Pública prevêem que os funcionários nomeados possam cessar a vinculação por mútuo acordo, "mediante indemnização a atribuir nos termos que venham a ser acordados caso a caso" e que estão, recordou ainda Teixeira dos Santos, "previstos nos termos da legislação sobre mobilidade".

Recorde-se que perante as actuais regras, os funcionários públicos com vínculo por nomeação não podem



rescindir por mútuo acordo com a Administração Pública.

### Prémios de produtividade

Outro dos temas referidos por Teixeira dos Santos respeita aos chamados prémios por desempenho.

Neste particular, o ministro das Finanças adiantou que estes prémios deverão variar entre os 7 e os 10 por cento da remuneração-base auferida pelo trabalhador da Administração Pública, seguindo aliás, como acentuou, "as recomendações de todos os estudos internacionais sobre a matéria".

Os trabalhadores abrangidos por este novo incentivo, e seguindo os princípios orientadores, passarão a dispor de uma remuneração onde são previstas três componentes, nomeadamente remuneração-base, incluindo o subsídio de férias e de Natal, suplementos e prémios por desempenho.

Em relação aos dois últimos prémios, disse ainda o titular da pasta das Finanças, estes podem ser atribuídos aos trabalhadores que

obtenham classificações mais elevadas na avaliação do desempenho, desde que existam disponibilidades orçamentais destinadas a esse fim.

### Mais lojas do cidadão

Entretanto, o Governo anunciou a abertura para breve de mais 200 novas lojas do cidadão a implantar em todo o país.

Para o ministro Teixeira dos Santos, esta iniciativa vai permitir uma maior proximidade dos cidadãos aos diversos serviços, contrariando assim a ideia expandida pela oposição de que a reforma que o Governo está a levar em frente tendo em vista uma mais justa e racional gestão do número de direcções distritais de finanças, que o Executivo quer reduzir das actuais 18 para 12 no continente, podem prejudicar os cidadãos, opinião que Teixeira dos Santos não compartilha, justificando o responsável pelas Finanças que com a criação de mais lojas do cidadão os serviços públicos aí colocados "poderão passar a servir dois ou mais distritos". **R.S.A.**

## "Nascer Cidadão" permite registo de crianças sem deslocação à Conservatória

DESDE o passado dia 28 de Março que é possível o registo logo após o nascimento da criança, através da utilização da aplicação informática do registo civil disponível, nesta primeira fase, em cinco unidades de saúde do país.

As maternidades e hospitais já integrados na rede "Nascer Cidadão", e que são responsáveis por 23 por cento dos nascimentos que ocorrem anualmente no Sistema Nacional de Saúde são as maternidades Júlio Diniz, no Porto, Bissaya Barreto, em Coimbra, Alfredo da Costa, em Lisboa, e os hospitais

Garcia da Orta, em Almada e o distrital de Faro.

Outras unidades de saúde pública estão igualmente na lista, como é o caso dos hospitais de S. Marcos, em Braga, Senhora da Oliveira, em Guimarães, Universitário, de Coimbra, Centro hospitalar Ocidental e Santa Maria, em Lisboa e o Hospital Padre Américo, em Penafiel.

A partir de Setembro, garante fonte do Ministério da Justiça, o programa "Nascer Cidadão" será progressivamente alargado aos restantes distritos do país e

regiões autónomas.

Recorde-se que este projecto visa atingir três importantes objectivos, como seja permitir que o registo de nascimento das crianças se realize em unidades de saúde logo após o seu nascimento e sem necessidade de deslocações às conservatórias, permitir que a inscrição das crianças na Segurança Social e no Serviço Nacional de Saúde se efectue logo após o seu nascimento e, finalmente, poder mais facilmente identificar situações de risco para as próprias crianças. **R.S.A.**



# Portugal conta-se entre os países com os melhores indicadores de saúde do globo

RUI SOLANO DE ALMEIDA

COMEMOROU-se no passado dia 7 de Abril o Dia Mundial da Saúde. Este ano, a Organização Mundial da Saúde (OMS), elegeu o tema “Investir em Saúde para um Futuro mais Seguro”.

Em Portugal, a efeméride comemorativa, organizada pela Direcção-Geral da Saúde, decorreu no auditório do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento (Infarmed), tendo contado com a presença, para além do director-geral da Saúde, Francisco George, e da directora-geral da Organização Mundial da Saúde, Margaret Chan, com a participação do ministro da Saúde, Correia de Campos.

A iniciativa constituiu mais uma excelente oportunidade para que a comunidade internacional tenha em consideração a crescente interdependência das áreas da saúde e segurança a nível do planeta e a necessidade de investir mais no sector contribuindo, deste modo, para um mais adequado e seguro futuro da humanidade.

Nas reflexões que trouxe a este encontro, o ministro da Saúde lembrou que o mundo caminha a passos largos para a globalização económica, facto que, entre outros factores, torna cada vez mais fácil a deslocação a qualquer pessoa de um qualquer ponto do globo para outro, cenário que, se, por um lado, nos possibilita uma maior aproximação uns aos outros, por outro, facilita também que se abram brechas para que as doenças passem de um continente para outro em apenas algumas horas.

Doenças, recordou Correia de Campos, antigas e novas que ameaçam a nossa saúde e segurança e “ignoram as fronteiras nacionais”.

Com efeito, acentuou este responsável, a ameaça de uma pandemia global da gripe ainda se mantém como se mantém igualmente a lembrança do Síndrome Respiratório Agudo (SARS), que “continua vivo na nossa memória”.

Também a epidemia do HIV-Sida continua a constituir um fenómeno global que “influencia adversamente, não só a saúde, mas a economia e a estabilidade de muitos países”, apesar de o peso desta doença, como sublinhou Correia de Campos, poder ser maior para o mundo em desenvolvimento, facto que não afasta o cenário de as doenças com potencial epidémico “continuarem a ser uma crescente ameaça” para todos os países, incluindo os situados no hemisfério Norte.

Contudo, defendeu Correia de Campos, a mesma globalização que favorece a livre movimentação de germes patogénicos pode também “construir associações multinacionais que nos ajudem a expandir o acesso à medicina moderna”, incluindo, como defendeu, “novas vacinas, melhores infra-estrutura da saúde pública nos países em desenvolvimento e lançar



em todo o mundo programas mais adequados tendentes a aumentarem a educação para a saúde”.

No próximo mês de Junho entrará em vigor o novo Regulamento Sanitário Internacional. A réplica nacional, a futura Lei sobre a Vigilância Epidemiológica, ajudará na perspectiva do ministro da Saúde, “a construir e a consolidar os mecanismos de alerta” assim como aumentará as capacidades de resposta perante os diversos surtos que possam surgir, quer a nível internacional quer nacional.

Portugal, na opinião de Correia de Campos, “está bem posicionado para se confrontar com estes desafios”. E isto, disse, porque ao longo dos anos “o país tem investido em saúde e demonstrado ser capaz de prevenir as novas ameaças através do seu próprio sistema de saúde pública”.

A experiência passada, garantiu o titular da pasta da Saúde, “ajudou-nos a fortalecer os sistemas de saúde e vigilância epidemiológica”, razão pela qual o futuro poderá ser encarado nesta matéria com optimismo.

## Promessas e balanço

Correia de Campos comprometeu-se a redobrar esforços para que a saúde “se situe de maneira proeminente na agenda política” porque só desta forma, disse, se poderão enfrentar as desigualdades “que exacerbam a vulnerabilidade das nossas populações”.

Mas se o futuro deve passar por uma maior vigilância, modernização do sistema e por colocar as políticas de saúde nos primeiros níveis de preocupação das agendas políticas nacionais e internacionais, por outro lado, em sua opinião, deve atender-se igualmente ao caminho percorrido e analisar o trabalho já desenvolvido.

Comemorar o Dia Mundial da Saúde, serve também, como defendeu o ministro Correia de Campos, como uma excelente oportunidade para recordar o desempenho realizado nestes dois anos de Governo e para “manifestar apreço pelos resultados alcançados pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS) em 2006”, os quais demonstram, como defendeu, “um assinalável aumento da actividade

em todas as áreas, ganhos em saúde e uma despesa de crescimento contido que são os pilares em que se baseia o programa do Governo”.

Das várias políticas onde se alcançaram importantes avanços, desde a reforma dos cuidados primários, com destaque para os ganhos em personalização através das Unidades de Saúde Familiares (USF), passando pela reforma dos cuidados continuados, onde a capacidade mobilizadora da política social conseguiu envolver dois ministérios, o da Saúde e o do Trabalho e Segurança Social, até à acessibilidade dos produtos farmacêuticos que “foram largamente ampliados com a abertura de cerca de 400 lojas de venda de medicamentos não sujeitos a receita médica”, mantendo-se todavia o seu preço médio ainda abaixo do preço inicial de Setembro de 2005, Correia de Campos lembrou que estas e tantas outras políticas e iniciativas foram sendo desenhadas e postas em prática e que pela primeira vez, “desde há muitos anos”, o Ministério da Saúde conseguiu encerrar as suas contas dentro do orçamento previsto.

Em virtude desta boa gestão, disse, “estamos agora em condições de assegurar mais apoio aos mais desfavorecidos”.

Nove medidas ou alterações ao “statu quo” existente foram recordadas por Correia de Campos.

Com efeito, em pouco mais de dois anos, este Governo ampliou a produção dos hospitais, dos centros de saúde e dos transportes de emergência. Reduziu as listas de espera para cirurgias, concentrou as salas de parto para garantir maior qualidade na assistência, criou 52 unidades de saúde familiar, instalou 800 novas camas para idosos e dependentes, abriu 360 lojas de medicamentos sem receita médica e ampliou a quota de genéricos.

Mas outras medidas de importante peso foram também lançadas, como é o caso do abaixamento registado no preço dos medicamentos, na admissão de mais internos de medicina familiar ou nos importantes avanços registados na preparação do arranque de seis novas unidades hospitalares.

## OPINIÃO

## OTA



**HORÁCIO ANTUNES**  
Deputado do PS

*Porquê só agora toda esta campanha contra a Ota? Que novos dados querem agora inverter a sua localização? Que novos interesses patrióticos a justificam? Que interesses económicos estarão por trás disto tudo?*

MUITO se tem falado sobre o aeroporto da Ota ou novo aeroporto de Lisboa.

Bom seria que de uma forma sensata se averiguasse cabalmente tudo quanto foi feito nos últimos 30 anos para que se chegasse à sua localização na Ota.

No final da década de 60 eram já notórias as limitações da Portela onde, desde 1942, se encontrava o aeroporto de Lisboa.

Os estudos levados a cabo pelo Gabinete do Novo Aeroporto, criado em 69, identificavam cinco locais onde seria possível a implantação de uma nova infra-estrutura aeroportuária, Alcochete, Fonte da Telha, Porto Alto e Rio Frio e analisada ainda a possibilidade de desenvolvimento na Portela. Em 1982 foi feita a reapreciação dos estudos de localização tendo sido acrescentadas as seguintes localizações: Santa Cruz, Ota, Azambuja, Alverca, Granja, Tires e Marateca.

A localização do novo aeroporto na Ota é apontada como preferencial nos estudos elaborados pela ANA, EP, quando em 1987 o Governo pediu uma nova reapreciação.

Em 1994 foram feitos estudos comparativos sobre a Ota, Montijo e Rio Frio, que não evidenciaram uma localização que fosse francamente preferencial.

Em 1997, o Governo, através do decreto 42/97 de 21 de Agosto, estabeleceu medidas de reserva para uma localização na Ota e outra em Rio Frio, e nomeou um grupo de trabalho que lançou um concurso por convites a especialistas internacionais para apoio técnico na selecção da localização globalmente mais favorável. Estas tarefas foram adjudicadas à empresa ADP-Aeroportos de Paris. Para a orientação e coordenação da componente ambiental foi contratado o DCEA/UNL – Departamento de Ciência e Engenharia do Ambiente, da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Em 1998 foi constituída a NAER, Novo Aeroporto, SA, a quem compete proceder aos estudos necessários à preparação e execução das decisões referentes aos processos de planeamento e lançamento da construção de um novo aeroporto de Portugal.

Pelo despacho conjunto MEPAT/MA n.º 682/98, de 22 de Setembro, foi nomeada uma Comissão de Avaliação de Impacto Ambiental (CAIA) do Novo Aeroporto, que desde então vem acompanhando os estudos ambientais realizados. São precisamente os estudos ambientais que desaconselhem Rio Frio por se encontrar numa zona de grande migração de aves e em cima do maior aquífero da Península Ibérica, bacia do Tejo e do Sado, com grandes implicações na legislação ambiental de Portugal e da Europa. Em 2003, o Governo de Durão Barroso bateu-se em Bruxelas para que o projecto passasse a prioritário, n.º 8 construção do aeroporto da Ota. Também em 2003, por proposta do Governo, foi aprovado na Assembleia da República o prolongamento das medidas preventivas do aeroporto da Ota (decreto-lei 118 de 14 Julho).

Em 14 de Maio de 2004, o Governo de Durão Barroso adjudicou o estudo de Preparação do terreno, Análise Pansops, Faseamento do Aeroporto, Cartografia e Topografia. Em 17 de Setembro de 2004 foi adjudicado o Estudo da Caracterização e Monitorização da Qualidade do ar na zona de Implementação do Novo Aeroporto de Lisboa. Em 23 de Setembro de 2004 foi adjudicado o Estudo para a Caracterização e Monitorização do Ambiente Sonoro.

Com um crescimento superior a 10 por cento ao ano, e com a impossibilidade de expansão da Portela, lógico seria que o novo aeroporto estivesse já em construção, tanto mais que este proporcionará uma estratégia de afirmação concorrencial do país, posicionando-nos na rede europeia de transporte aéreo e tirando partido da sua localização geográfica para as ligações transcontinentais. Se considerarmos que a maior parte da população portuguesa se encontra entre Lisboa e Porto é claramente pertinente a sua localização na Ota e não em Rio Frio, localização ainda mais afastada e que exigirá sempre a travessia de uma ponte, muitas vezes com trânsito congestionado, o que poria em causa uma boa acessibilidade ao novo aeroporto. É precisamente com base nestes importantes critérios, demografia e acessibilidade que eu próprio, em 1998 no Conselho da Região (CCDR Centro) redigi uma moção que apresentei ao Presidente do Conselho da Região, Pedro Santana Lopes. Esta moção depois de discutida foi aprovada por unanimidade pelos representantes dos 78 municípios que o integravam.

Porquê só agora toda esta campanha contra a Ota? Que novos dados querem agora inverter a sua localização? Que novos interesses patrióticos a justificam? Que interesses económicos estarão por trás disto tudo?

As decisões acertadas pecarão sempre por tardias. O novo aeroporto não é apenas uma necessidade, é também um designio importante para a afirmação e competitividade de Portugal. Construir depois do TGV, depois do novo aeroporto de Madrid será, então, desadequado e tarde de mais.



## OPINIÃO



ISABEL SANTOS  
Deputada do PS

*Não é possível pensar em crescimento económico e em desenvolvimento sem uma Administração Pública de qualidade*

## REFORMAR PARA AS COISAS DEIXAREM DE PERMANECER IGUAIS

A PROPÓSITO da revisão do sistema de vínculos, carreiras e remunerações, não resisto a evocar a frase de Tancredi, personagem do romance “O Leopardo” de Lampedusa, que ao longo dos anos tem constituído máxima na Administração Pública em Portugal e que agora vemos, por fim, contrariada.

Finalmente, anuncia-se uma reforma da Administração Pública para que as coisas deixem de permanecer iguais. Definindo-se um rumo claro no sentido de uma maior racionalização, adequação, eficácia e eficiência do sector público.

É para todos evidente que não há reformas sem reacções. Elas estão aí e são claramente identificáveis.

De um lado, encontramos a natural, porque profundamente humana, resistência à mudança, sempre presente nas organizações. Do outro, a concordância de quem encontra na aproximação entre o sistema de emprego no sector público e no sector privado o sanar de algo que ao longo dos tempos foi sempre apontado como socialmente fracturante e causa de menor eficácia e eficiência da administração pública.

Dentro do espectro político/partidário também é clara a divisão.

A ala à esquerda do PS esgrime argumentos que, em síntese, remetem para o imobilismo. Numa linha a que todos já nos acostumamos, manifestam discordância face ao sistema vigente, até ao momento em que se propõe a sua mudança. A partir daí passam a defendê-los e a lutar pela sua manutenção tentando travar qualquer mudança. Enfim, uma duplicidade que apela à estagnação.

À nossa direita o estado de espírito poder-se-ia caracterizar como próximo da nostalgia e do vazio de quem quando governou não foi capaz de produzir mudanças e agora se enreda numa incessante busca de argumentos e propostas alternativas, sem sucesso.

Uma administração pública de qualidade constitui um elemento fundamental no quadro de qualquer estratégia nacional de desenvolvimento económico e social.

Só com: recursos humanos motivados, confiantes no reconhecimento do seu desempenho e profundamente envolvidos na prossecução da missão dos serviços; uma maior responsabilização das chefias intermédias; e um sistema de avaliação mais abrangente, que incida também sobre o desempenho das chefias aos diversos níveis e sobre a qualidade dos serviços; podemos falar de uma administração pública moderna e de qualidade.

Só com um sistema remuneratório e de desenvolvimento de carreiras com a flexibilidade necessária e capacidade para, tendo em conta o atingir de objectivos definidos e o orçamento disponível, recompensar o mérito e atrair os mais capazes, se dignifica a administração pública e o estatuto dos seus trabalhadores.

Só com a racionalização do sistema de vínculos, carreiras e remunerações, colocando fim ao estado labiríntico que a função pública atingiu e que torna a gestão de recursos humanos uma tarefa verdadeiramente colossal, dada a multiplicidade de carreiras as diferenças de tabelas remuneratórias e a variedade e degenerescência dos vínculos, se conseguirá impor maior equidade e justiça na relação trabalho/salário e entre serviços.

É exactamente isto que, em traços largos, o conjunto princípios apresentado em sede de concertação social com vista à revisão do sistema de vínculos, carreiras e remunerações, nos propõe. A adopção de procedimentos, formas de vínculo e instrumentos de gestão mais próximos do sector privado sem, contudo, deixar de salvaguardar especificidades e princípios basilares da administração pública, nomeadamente no que respeita à garantia de imparcialidade, transparência e qualidade. Tudo o mais que neste momento se possa dizer é apenas ruído.

Mas, se todos concordamos que é preciso mudar, se todos concordamos que os serviços públicos não têm que ser forçosa e invariavelmente menos eficazes e eficientes, porque é que quando se propõe mudar, quando se propõe reformar de facto a administração pública, a reacção de alguns se resume invariavelmente a tentar protelar, bloquear, tudo fazer para que as coisas permaneçam iguais?

Vencer resistências e encarar com confiança e determinação o futuro é, nesta matéria, um desafio irrecusável. O nosso desafio.

## Reforçados meios de combate aos fogos florestais

**O combate aos fogos florestais vai ter este ano mais meios humanos, mais viaturas e meios aéreos, anunciou o secretário de Estado da Administração Interna, Ascenso Simões, na apresentação das linhas centrais da directiva operacional de defesa da floresta contra incêndios, que decorreu na sede da Autoridade Nacional de Protecção Civil, em Carnaxide.**

J. C. CASTELO BRANCO



ASCENSO Simões disse que o “caminho” que o Governo se propõe fazer “levará, em 2012, a ter menos de 100 mil hectares de área ardida”, o equivalente a um quarto do triste recorde atingido em 2003.

O secretário de Estado da Administração Interna referiu ainda que o Executivo pretende que, no próximo ano, em todo o território nacional, o combate aos incêndios comece menos de 20 minutos depois de dado o alarme, salientando que “é preciso apostar tudo na primeira intervenção”.

E adiantou que o ataque inicial será feito especialmente através de helicópteros com brigadas helitransportadas, havendo transferência do Comando que permita o desenvolvimento da organização do teatro de operações.

Uma das principais novidades do dispositivo de combate aos incêndios florestais apresentado por Ascenso Simões é a criação de equipas especializadas na análise e no combate aos fogos florestais, para actuar nos incidentes mais

complexos, onde poderão utilizar técnicas de contrafogos.

No âmbito dos recursos humanos, onde se regista um aumento significativo em relação a 2006, destaque ainda para constituição de um dispositivo humano de vigilância, detecção e combate composto por 8931 elementos, a que corresponde um acréscimo de 15 por cento em relação ao ano anterior, e para a constituição de uma companhia especial de bombeiros canarinhos, num total de 140 elementos.

De referir igualmente o aumento em cem por cento dos sapadores do Exército de primeira intervenção e o alargamento do dispositivo de ataque inicial helitransportado da GNR para os distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto e Aveiro, com mais duas companhias, mantendo-se três companhias nos distritos de Vila Real, Viseu, Coimbra, Leiria e Faro.

Quanto aos recursos técnicos, de Julho a Setembro, a época mais crítica dos fogos, haverá 52 meios aéreos disponíveis, com o aumento

Portugal sem fogos depende de todos os cidadãos”

ASCENSO SIMÕES, SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

de três para quatro do número de aetotques pesados anfíbios, e estarão ainda em funcionamento, quatro helicópteros ligeiros e seis helicópteros pesados, de ataque inicial, adquiridos pelo Estado português.

De salientar ainda que a directiva operacional nacional de defesa da floresta contra incêndios vai desenvolver-se em quatro fases: fase Alfa – de 1 de Janeiro a 14 de Maio; fase Bravo – de 15 de Maio a 30 de Junho; fase Charlie – de 1 de Julho a 30 de Setembro; e fase Delta – de 1 de Outubro a 31 de Dezembro.

## Proposta laranja de privatização da RTP1 é péssima e absolutamente populista

O DEPUTADO socialista Arons de Carvalho classificou como “péssima” e “absolutamente populista” a proposta ultraliberal do PSD para privatizar o canal 1 da RTP, considerando que prejudicaria “gravemente” o serviço público.

“É uma medida absolutamente populista e que contraria as posições que o PSD tem vindo a assumir nos últimos anos”, disse Arons de Carvalho, que foi secretário de Estado da Comunicação Social nos governos de António Guterres.

Segundo ainda Arons de Carvalho, a proposta de privatização da RTP, noticiada na última edição do semanário “Sol”, “sairia mais caro” e levaria a uma “diminuição da diversidade de programação”.

“O serviço público sairia mais caro, pois o canal 2 seria mais caro que é actualmente”, sustentou o



deputado socialista, acrescentando que, além disso, “a oferta da televisão ficaria muito mais pobre”.

“É uma medida que prejudicaria gravemente o serviço público e a televisão portuguesa em geral”, sublinhou.

Por outro lado, acrescentou o

antigo secretário de Estado, esta proposta contraria todas as experiências dos restantes países europeus, onde se está mesmo a debater “a diversidade da oferta do serviço público de televisão”.

“É uma proposta péssima”, salientou, lembrando que é na RTP1 que se podem ver “os grandes debates, as grandes reportagens, os programas sobre a língua portuguesa, o humor de qualidade”.

“É o ‘Fiel ou Infel’ que é serviço público? A sucessão de telenovelas que é serviço público”, questionou Arons de Carvalho.

No entanto, o deputado socialista não coloca, contudo, de parte a necessidade de se aperfeiçoar o serviço público de televisão. “O que devemos discutir é como podemos aperfeiçoar o serviço público”, defendeu.



# “Afirmar o PS como o partido da igualdade de oportunidades e da solidariedade entre todas as regiões de Portugal”



**O PS/Bragança tem-se renovado e marcado a diferença pela qualidade e profundidade das suas ideias face às outras forças políticas e ao seu próprio passado. Assim o garante o presidente daquela Federação socialista, Mota Andrade, numa entrevista ao “Acção Socialista” onde expõe as linhas orientadoras da estratégia do PS para o desenvolvimento do distrito e da região, reforça a ambição socialista de conquistar a Câmara e denuncia o autismo e os atentados urbanísticos do Executivo municipal liderado por Jorge Nunes.**

MARY RODRIGUES

**Que balanço faz da actividade da Federação do PS de Bragança neste último ano?**

A Federação tem procurado consolidar as estruturas organizativas do partido, quer apoiando o funcionamento das Comissões Políticas Concelhias, quer participando em iniciativas promovidas nos diferentes concelhos que levem o PS a uma maior implantação nas diversas comunidades.

Por outro lado, têm sido promovidas iniciativas no âmbito do Fórum Novas Fronteiras, com ampla participação de simpatizantes e de pessoas que, a título individual, manifestam interesse em colaborar com o Partido Socialista em tudo

o que tem a ver com a discussão de estratégias para a melhoria das condições de desenvolvimento de toda a região.

O balanço da actividade federativa no ano passado é, por tudo isto, positivo.

**Quais as iniciativas ou mudanças levadas a efeito lhe motivam mais orgulho?**

As mudanças mais significativas e que mais ponderam na avaliação do desempenho da Federação situam-se ao nível da qualidade da participação e da intervenção política.

O PS/Bragança dispõe de um conjunto alargado de militantes que reflectem e analisam a política com um nível de profundidade e de coerência que marca uma diferença em

relação ao passado e, até mesmo, em relação às outras forças políticas.

No plano das iniciativas, o PS tem promovido, de forma sistemática, a construção de alternativas ao poder autárquico onde pretendemos conquistar a Câmara, na senda da recuperação que iniciámos em 2001, continuámos em 2005 e pretendemos ver alargada em 2009.

As equipas que o partido tem no distrito são renovadas, integradas por pessoas dos diversos quadrantes socioprofissionais e com uma vontade enorme de intervir para servir os interesses das populações. Essa é, de facto, a nossa grande aposta política que muito nos orgulha e motiva.

**Poderia avançar alguns pontos fundamentais da agenda federativa a curto e médio prazos?**

A nossa agenda política a curto e médio prazos resulta do compromisso assumido com os militantes que nos conferiram o mandato e que, no último congresso federativo, aprovaram a moção por mim encabeçada, onde se condensam os objectivos do partido no espaço destes dois anos.

No entanto, devo sublinhar que

o facto de sermos Governo nos tem dado uma esperança e um empenhamento maiores nas questões relacionadas com o desenvolvimento desta parte do território, apesar de estarmos conscientes das dificuldades que o país atravessa mas sem que, contudo, deixemos de manter um espírito reivindicativo sobre a necessidade da intervenção e decisão políticas deverem ter em conta as diferentes necessidades de desenvolvimento dos distritos do país.

**Que papel tem desempenhado a Federação ao nível da intervenção política no que diz respeito aos principais estrangulamentos que se fazem sentir há anos neste distrito transmontano?**

A Federação tem-se desmultiplicado em iniciativas que visam chamar a atenção para a necessidade de promover políticas selectivas em função das diversas matrizes de desenvolvimento do país.

Os indicadores de declínio que se verifica existem nas regiões do interior têm uma intensidade mais aguda em distritos periféricos como o de Bragança. É, por isso, indis-

pensável que, no quadro de uma política de discriminação positiva, se ajustem instrumentos de apoio ao desenvolvimento das regiões mais deprimidas. Não é sustentável que se continuem a tomar medidas indiscriminadas de âmbito nacional, no domínio dos programas comunitários, e é desejável que se intensifiquem os benefícios fiscais para a interioridade como mecanismo de favorecimento dos factores de competitividade.

Se não houver uma intervenção política que vá ao encontro das principais necessidades das populações, perder-se-á uma oportunidade para, em definitivo, afirmar o PS como o partido da igualdade de oportunidades e da solidariedade entre todas as regiões de Portugal.

**Poderia fazer um breve diagnóstico dos problemas centrais que encontra na cidade de Bragança?**

A cidade de Bragança e todo o município são governados, desde 1997, pelo PSD. A facilidade de acesso a determinados fundos comunitários permitiu que se fizessem obras que, não obstante tenham





dignificado alguns espaços, vieram a saldar-se naquilo que se poderá designar como “obras de fachada”.

Bragança está hoje confrontada com problemas de incapacidade de fixação da população por falta de condições de empregabilidade e, a par disso, apresenta carências infra-estruturais básicas que passam pelo abastecimento de água e tratamento dos resíduos sólidos urbanos, a que se associam, aliás, a insuficiente limpeza da cidade e uma descaracterização total do património e da urbe, traduzindo-se isto numa completa desertificação do Centro Histórico.

Para além destes problemas, Bragança não tem sabido dirigir os seus recursos para iniciativas que potenciem o investimento e o empreendedorismo, não tendo sido capaz, por isso, de captar investidores que contribuam para a valorização dos recursos endógenos que fazem parte do património do concelho.

#### **Considera que a nova Lei das Finanças Locais poderá contribuir para a resolução de alguns desses problemas?**

A Lei das Finanças Locais apresenta-se como um instituto jurídico que poderá contribuir para uma maior disciplina financeira das autarquias, elevando o padrão de exigência no cumprimento das metas orçamentais e responsabilizando os autarcas, de forma mais visível, pela arrecadação das receitas.

As câmaras, e a de Bragança não é excepção, têm estado muito dependentes das receitas provenientes do licenciamento de obras de construção civil e, por essa razão, nem sempre geriram adequadamente o planeamento urbano para a construção de cidades equilibradas e esteticamente interessantes.

Acredito, não obstante terem sido feitos muitos atentados urbanísticos, que com o PS ainda é possível entrar num novo ciclo de governação municipal capaz de valorizar as cidades e o território pelos aspectos singulares e diferenciadores que integram.

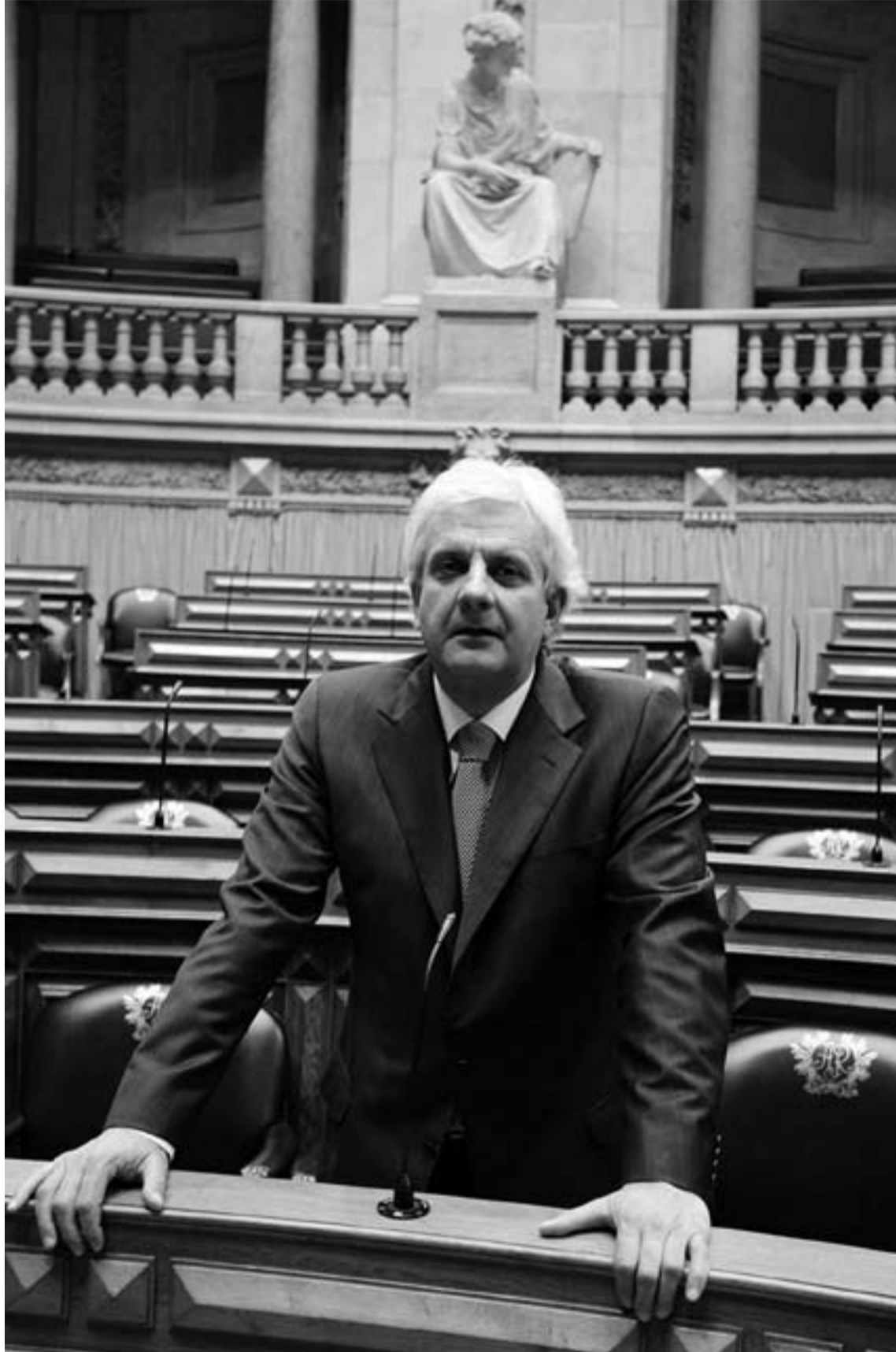
#### **Como qualifica a actuação do Executivo municipal liderado pelo autarca Jorge Nunes eleito pelo PSD?**

O autarca Jorge Nunes tem conduzido a política local de forma autista, deslumbrado pelo poder de decidir sozinho sobre a cidade e com isso tem feito intervenções que têm descaracterizado a cidade e têm comprometido financeiramente a sustentabilidade futura do orçamento municipal.

São essencialmente obras de fachada consumidoras de recursos, como já referi, mas a que ele se habituou a chamar investimentos, mesmo percebendo que dali não vem qualquer retorno e que, pelo contrário, implicam necessidades crescentes de financiamento.

#### **Em que bases assenta a alternativa representada pelo Partido Socialista para a presidência da Câmara?**

A alternativa política socialista funda-se noutros valores e numa



outra dimensão estratégica.

O primeiro aspecto a destacar prende-se com a necessidade de desenvolver uma liderança que seja mobilizadora e capaz de fixar investimentos geradores de emprego e de riqueza.

No domínio das parcerias público/privadas, deverão ser empreendidos esforços para pôr de pé investimentos necessários que vão do aproveitamento energético à valorização de recursos endógenos, sobretudo de natureza agro-pecuária e extractiva, a especialização de um turismo de qualidade e direccionado para mercados de elevado poder de compra e que valorizam o ambiente e a paisagem, como factores únicos de diferenciação, enfim, tudo o que possa aportar valor e riqueza à região.

O PS tem um conceito e uma estratégia de gestão completamente diferente da que vigora actualmente e na base dos quais dependerá a sobrevivência de regiões deprimidas de Portugal como é o caso de Bragança.

#### **Que opinião lhe merece, enquanto líder federativo, o trabalho realizado pelos autarcas socialistas do distrito?**

Os nossos autarcas têm desenvolvido com mérito e elevado sentido de serviço público os mandatos que o eleitorado lhes tem confiado. Globalmente, a avaliação que fazemos do trabalho por eles desenvolvido é muito positiva, designadamente pela qualificação que têm feito do território dos seus municípios.

Existe uma diferença bem visível nas autarquias de maioria PS relativamente às de maioria PSD, com especial enfoque para a valorização do património e das pessoas que os executivos municipais socialistas têm sabido afirmar sempre como marca dominante da sua actuação.

#### **Como descreve a atitude do Governo nestes dois anos em relação ao distrito de Bragança?**

O Governo conhece bem quais são as preocupações que se fazem

sentir no interior do país e, de modo particular, no distrito de Bragança. Há, todavia, alguns objectivos que, pela sua necessidade ingente, se sobrepõem e dos quais me permito destacar a construção da auto-estrada Amarante/Quintanilha, bem como a construção de acessibilidades que desenrassem a parte mais periférica do distrito, nomeadamente os eixos do IP2 e do IC5 na parte do distrito de Bragança.

Importa também intensificar medidas de política fiscal que compensem os factores críticos de competitividade comparativamente a outras regiões do país, descentralizar serviços que se encontrem concentrados nas metrópoles de Lisboa e do Porto, com vista a um melhor ordenamento do território, criar um programa específico de combate à desertificação que faça convergir apoios financeiros, fiscais e institucionais para iniciativas empresariais competitivas que se venham a instalar no distrito, melhorar a rede de cuidados de saúde primários e apoiar as iniciativas no domínio da solidariedade social, sobretudo tendo em atenção a elevada taxa de envelhecimento da população.

#### **Na qualidade de coordenador dos deputados socialistas eleitos pelo círculo de Bragança para a Assembleia da República podia-lhe que explicasse o que estes parlamentares estão a fazer pela cidade, pelo distrito e pela região.**

Os deputados pelo círculo de Bragança, que nesta legislatura são dois, têm procurado defender no Parlamento o reforço das posições políticas em relação ao distrito, nomeadamente em questões como a rede de cuidados de saúde, a criação do Centro Hospitalar, a decisão da Direcção Regional da Agricultura do Norte ser sediada em Mirandela, a ASAE, a criação da Escola de Bombeiros, o apoio aos autarcas através de protocolos e contratos programa, enfim, tudo o que possa contribuir para a melhoria do posicionamento do distrito no contexto nacional.

Todavia, por muito que possamos fazer, será sempre pouco em relação às reais necessidades e às expectativas que as pessoas criam a nosso respeito, tanto mais que nos acompanha a ambição de, nesta legislatura, Bragança poder vir a ter um conjunto de infra-estruturas pelas quais espera há muitos anos.

#### **Qual é, a seu ver, o principal desafio que se coloca a Bragança a nível distrital?**

O maior desafio de Bragança é vencer a batalha da desertificação, inverter a tendência de êxodo das populações para o litoral e fixar massa crítica que permita dinamizar iniciativas aos mais diferentes níveis da sociedade e que sejam capazes de promover um ciclo de desenvolvimento e de regeneração da estrutura socioeconómica do distrito. É por isso que os socialistas nos batemos e continuaremos a bate-nos.

O maior desafio de Bragança é vencer a batalha da desertificação, inverter a tendência de êxodo das populações para o litoral e fixar massa crítica que permita dinamizar iniciativas aos mais diferentes níveis da sociedade”



# Batalha do crescimento passa pela qualificação dos portugueses



**Vencer a batalha da qualificação implica para Portugal o assumir de uma atitude de vitória face à educação e formação dos portugueses e o recusar de uma qualquer postura derrotista a esse respeito. Esta a ideia defendida pelo secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, Fernando Medina, ao intervir no colóquio-debate subordinado ao tema genérico “Segurança Social e Emprego”, que se realizou recentemente em Vinhais.**

SEGUNDO o governante, que falava sobre “Novas Oportunidades de Qualificação e Desenvolvimento” numa iniciativa promovida pela Federação do PS de Bragança no âmbito do Fórum Novas Fronteiras, a grande prioridade do Governo liderado pelo camarada José Sócrates passa também pela expansão dos Centros Novas Oportunidades (CRVCC), de modo a reconhecer, validar e certificar competências adquiridas pela experiência de vida a todo cidadão que tenha condições para tal.

Assegurando que estes centros se encontram “em pleno funcionamento”, certificando habilitações até ao 9º ano de escolaridade e prevendo-se a certificação para breve de competências de nível secundário e profissionalizante,

Fernando Medina sublinhou que o Executivo prevê certificar um milhão de portugueses até 2010.

Depois de destacar a importância da formação no crescimento da economia nacional e vincar que o nível de qualificação “é primordial” para o desenvolvimento da nossa sociedade, o secretário de Estado apontou para o facto de estarem a escassear os postos de trabalho que exigem uma qualificação mais baixa.

E, embora reconhecesse que o desafio da qualificação é exigente, lembrou de seguida que na década de 70 o nosso país apresentava uma taxa de analfabetismo de 30 por cento, registando-se nas últimas três décadas posteriores, até aos nossos dias, “grandes avanços e progressos”.

Antes do encerramento do coló-

quio-debate, que esteve a cargo do presidente da Câmara de Vinhais, camarada Américo Pereira, Fernando Medina evidenciou também a importância de os cursos de educação e formação jovem e de educação e formação de adultos serem de dupla certificação, isto é, escolar e profissional.

Por sua vez, o presidente do Instituto de Emprego e Formação Profissional, Francisco Madelino, abordando o tema “Estímulo à Oferta de Emprego – Iniciativas Locais de Emprego”, apontou para aqueles que são, a seu ver, os dois grandes problemas com que se defronta a economia portuguesa.

“O primeiro é a baixa produtividade, fruto de preços de produção muito elevados, e o segundo prende-se com o facto de Portugal gastar mais do que produz, vivendo acima das suas possibilidades e desencadeando o endividamento quer do Estado quer das famílias”, disse, acrescentando que este endividamento “obriga à aplicação de uma política de rigor orçamental limitadora do próprio investimento”.

Assim, concluiu o máximo responsável pelo IIEFP, devemos encarar a política de emprego como uma

alavanca de retoma da economia, utilizando as medidas e programas de emprego e formação, nomeadamente as Iniciativas Locais de Emprego (ILE) como instrumento de desenvolvimento local”.

Desta forma, “poderão implementar-se pequenos negócios que em muito contribuem para apoiar políticas de iniciativa de economia local”, rematou.

A abrir o colóquio, onde participaram também o director do Centro de Formação Profissional de Bragança, Fernando Calado, e o director do Centro de Emprego desta cidade, Ilídio Rodrigues,

considerou-se “fundamental” para o desenvolvimento do concelho de Vinhais a implementação do programa “Iniciativas Locais de Emprego”.

Neste sentido, o empresário e consultor económico da localidade, Nuno Costa Gomes, realçou que em 2006 foram criadas em Vinhais 18 empresas ILE que deram origem a 49 novos postos de trabalho.

De salientar ainda que o PS/Bragança promove este mês o último da série de três colóquios-debate levados a efeito no âmbito das “Novas Fronteiras” (ver caixa). M.R.

## PS/BRAGANÇA PROMOVE COLÓQUIO SOBRE SOLIDARIEDADE E EMPREGO

A FEDERAÇÃO do PS de Bragança organiza, a partir das 15h30 do próximo dia 28 de Abril, no Centro Cultural da cidade, um colóquio-debate sobre “Segurança Social e Emprego”.

Esta iniciativa, inserida no âmbito do Fórum Novas Fronteiras, contará com a participação da secretária de Estado adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz, que falará sobre “Reabilitação, Família e Comunidade – Uma Visão Integradora da Diferença”, e do ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, que abordará o tema “Uma Nova Geração de Políticas Sociais”. Mais informação em [www.ps.pt](http://www.ps.pt)





## O PS EM BRAGANÇA

### FEDERAÇÃO

#### Presidente

José Carlos Correia Mota de Andrade

#### Membros eleitos

Manuel Luís Gomes Vaz  
Alcídio Augusto Castanheira  
Alfredo Jorge Costa Teixeira  
Álvaro Manuel G. Nascimento Carva  
Alzira Augusta Ferreira Costa Ramos  
Américo Jaime Afonso Pereira  
Amílcar dos Anjos Pires  
Ana Margarida C. Duque Dias  
Antónia Maria Morais  
António Alberto Madeira  
António Alberto Morais Gomes  
António Júlio Relhas  
António Júlio Samorinha  
António Olímpio Silva Moreira  
António Rodrigues Vieira  
António Santos João Vaz  
Aquiles do Carmo Pereira  
Armando Valfredo Guerra  
Artur Afonso Nunes Neto Parra  
Artur Guilherme G. V. Pimentel  
Berta Ferreira Milheiros Nunes  
Bruno Viriato G. Costa Veloso  
Camilo António Morais  
Carlos Alberto M. A. Oliveira Guerra  
Cristina Paula Couraceiro Brinço  
Eduardo Augusto Igreja Firmino  
Eugénio José Teixeira  
Fernando Carlos da Silva Paula  
Fernando Humberto Gomes  
Fernando José Peixinho A. Rodrigues  
Fernando Nascimento Rodrigues Calado  
Fernando Rui Castanheira Pinto  
Francisco António Castro Pires  
Francisco Jerónimo Machado  
Francisco Manuel Esteves Marcos  
Gracinda Fátima F. Carvalho Peixoto  
Henrique da Costa Ferreira  
Ilídio Maria Rodrigues  
João Augusto Cides Pinheiro  
João Augusto Pires  
João Carlos Cruz  
Jorge Augusto Costa  
Jorge Manuel Nogueiro Gomes  
José Augusto Cidre Moreno  
José Manuel Aires  
José Manuel Fernandes  
Miranda  
Júlia Maria A. L. Sequeira Rodrigues  
Luís Agostinho Pintado  
Luís António Leitão Garcia Chaves  
Luís Carlos Magalhães Pires

Luís Filipe Pires Fernandes  
Luís Manuel Cunha Santos  
Luís Manuel Silvestre  
Luís Miguel Alves Gomes  
Manuel António Pires  
Manuel Luís Tibério  
Maria Celeste N. Basílio Guimarães  
Maria Eugénia B. Mesquita Cabanal  
Maria Fátima Renovato Veloso  
Maria Goreti Monteiro Carneiro  
Raul Jesus Rocha Ferreira  
Roberto Carlos Morais Afonso  
Roger do Nascimento Ferreira  
Rui Manuel B. R. Tavares Amaral  
Rui Manuel Rodrigues Vaz  
Teresa do Céu Português Barreira  
Vítor Fernando Silva Simões Alves  
Vítor Prada Pererira  
Vitoriano Fernandes

#### Juventude Socialista

Carlos Miguel Cruz Brito Machado  
Tiago Júlio Fernandes Relhas  
Ricardo Jorge Ribeiro Pinto  
Artur Miguel Marques Pires

#### Inerências sem direito a voto

Acácio António Afonso Fernandes  
Adérito Joaquim Ferro Pires  
Albano Manuel Teixeira Mesquita  
Aníbal José Moreno  
António Alves Salema  
António José Cepeda  
António Laurindo Rente Pinto  
Armando António Martins Vara  
Eduardo Manuel Tavares  
Fernando António Aires Ferreira  
Fernando Jesus Fonseca  
Hélder Alexandre Gomes Corujas  
José Jesus Cepeda Prada  
Manuel Cunha e Silva  
Maria Arcelina Carvalho Samorinha  
Nascimento Augusto Afonso  
Rui Jorge Santa Comba Calvo

#### Secretariado

Américo Jaime Afonso Pereira  
António Júlio Relhas  
António Rodrigues Vieira  
Bruno Viriato G. Costa Veloso  
Carlos Alberto M. A. Oliveira Guerra  
Fernando Carlos da Silva Paula  
Fernando José Peixinho A. Rodrigues  
Fernando Nascimento R. Calado  
Francisco António Castro Pires

Gracinda Fátima F. Carvalho Peixoto  
Maria Goretti Monteiro Carneiro  
Raul Jesus Rocha Ferreira  
Teresa do Céu Português Barreira

#### Comissão Federativa de Jurisdição

Presidente:  
Horácio Domingos Afonso  
Raul José A. L. S. Rodrigues  
Maria Arcelina C. Samorinha  
Carlos Miguel Brito da Cruz de Brito Machado  
Abrandino Manuel Fernandes  
José Manuel Morais Miranda  
Luís Adelino Batista

#### Comissão Federativa de Fiscalização Económica e Financeira

#### Presidente

José Jesus Cepeda Prada

Maria Manuela Afonso Gomes Paula  
Salvador dos Santos Marques  
Ulisses César Marques Firmino  
Maria Fátima Pires Sousa

#### Deputados na Assembleia da República

Mota Andrade  
- Coordenador Regional de Bragança; membro da Comissão Parlamentar de Administração do Território, Poder Local, Equipamento Social e Ambiente.

#### Luís Vaz

- Comissão de Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território; Comissão Eventual para os Fogos Florestais; presidente da Comissão Política Concelhia do PS de Macedo de Cavaleiros; presidente da Mesa da Comissão Política Distrital do PS de Bragança; membro da Comissão Nacional do PS.

### PRESIDENTES DAS COMISSÕES POLÍTICAS CONCELHIAS

#### Alfândega da Fé

Eduardo M. Dobrões Tavares

#### Bragança

Vítor Prada Pereira

#### Carrazeda Ansiães

Fernando Jesus Fonseca

#### Freixo Espada-à-Cinta

Luís Agostinho Pintado

#### Macedo Cavaleiros

Camilo António Morais

#### Miranda do Douro

Eduardo Augusto Igreja Firmino

#### Mirandela

Júlia Maria A.L.S. Rodrigues

#### Mogadouro

António Laurindo Rente Pinto

#### Torre de Moncorvo

António Olímpio S. Moreira

#### Vila Flor

Rui Jorge S. Comba Calvo

#### Vimioso

António Santos João Vaz

#### Vinhais

Américo Jaime A. Pereira

#### CTT/Bragança

Lino António F. Falcão

### JUVENTUDE SOCIALISTA

#### Presidente da Federação

Bruno Veloso

#### Comissão Política Distrital

#### Presidente

Miguel Machado

#### Membros eleitos

Ana Figueiredo  
André Tiza  
Andreia Silva  
António Alendouro  
Armando Novo  
Artur Madureira  
Carlos Alendouro  
Cristiana Asseiro  
Daniela Barreira  
Fernando Palas  
Fernando Valente  
Francisco Rodrigues  
Helena Afonso  
Helena Lisboa  
Humberto Vaz  
Isidro Borges  
João Castanheira  
João Leonardo  
Jorge Nascimento  
José Aires  
José Cordeiro  
José Cunha  
Leandro Garcia  
Liliana Reis  
Luis Gonçalves  
Luis Meirinhos  
Manuel Matias  
Marco Amaro  
Mauro Trindade

Nuno Morais  
Paulo Carvalho  
Pedro Fernandes  
Rui Pacheco  
Rui Santos  
Sandro Rodrigues  
Sónia Veloso  
Tiago Ferreira  
Tiago Relhas  
Vânia Canelhas

#### Secretariado Distrital

#### Presidente da Federação

Bruno Veloso

#### Coordenador da Permanente

Tiago Relhas

Artur Pires  
Carlos Alendouro  
Helena Afonso  
João Castanheira  
José Aires  
Liliana Reis  
Manuel Matias  
Ricardo Ferreira  
Ricardo Pinto  
Rui Pacheco  
Tiago Ferreira  
Vânia Canelhas

### MULHERES SOCIALISTAS

#### Presidente

Júlia Rodrigues

#### Secretariado

Ana Margarida de Campos  
Duque Dias  
Maria Goreti Monteiro Carneiro  
Paula Cristina Mónica Moreira  
Luísa Maria Pinto Ferreira

#### Conselho Consultivo/Efectivas

Maria de Lurdes Mano Pontes  
Clara Maria Assunção Quental Silva  
Cristina Paula Couraceiro Brinço  
Gracinda Fátima Fraga Carvalho Peixoto  
Maria Arcelina de Carvalho Samorinha  
Berta Ferreira Milheiros Nunes  
Maria da Graça Borges Gomes Pires  
Antónia de Jesus Moura Cardoso  
Alzira Augusta Ferreira C. Ramos  
Maria Manuela Afonso Gomes Paula  
Alzira da Conceição Bento Gomes  
Maria Aurora Correia  
Maria do Rosário Patrício  
Teresa Céu Português Barreira  
Maria de Fátima Renato Veloso  
Ana Maria de Almeida Martins

# PS alerta para riscos de enriquecimento súbito no Alqueva

EM SINAL de alerta face a riscos de inflação dos preços da propriedade rústica e formas de enriquecimento privado extraordinário com a construção de sistemas de regadio no Alqueva, os deputados socialistas Pita Ameixa e Marcos Perestrello solicitaram ao ministro da Agricultura, Jaime Silva, informações sobre abandono de solos agrícolas, perímetros beneficiados por regadios públicos e mais-valias.

Em requerimento entregue na mesa da Assembleia da República no passado dia 4 de Abril, os deputados recordam que aquele governante “afiançou” recentemente que serão construídos sistemas de regadio numa área de 115 mil hectares, “sendo a principal porção no âmbito do empreendimento de Alqueva”.

Segundo os deputados socialistas, verifica-se que há proprietários que não se dedicam à agricultura e outros que se encontram já em idade avançada, ao mesmo tempo que as obras públicas irão “valorizar muito significativamente o valor fundiário dos solos a irrigar, independentemente do investimento do dono dos mesmos e até da sua vontade”.

Assim – explicam os parlamentares do PS –, muitos proprietários serão levados a optar pelo arrendamento ou pela alienação das suas propriedades, “naturalmente a preços de mercado, formados em função da nova realidade e valorização”.



“Estamos pois perante evidentes riscos de inflação dos preços da propriedade rústica e de formas de enriquecimento privado à custa somente do investimento público”, afirmam num requerimento também assinado pelos deputados Miguel Ginestal e Jorge Almeida.

Os parlamentares socialistas avisaram depois o Governo que, tal como aconteceu com as obras na Ponte Vasco da Gama e com a Expo 98, “é costume fazer acompanhar as grades obras públicas, que geram desequilíbrios de valorização predial extraordinária, de medidas correctivas e moralizadoras”.

Por essa razão, perguntam ao titular da pasta da Agricultura se “a valorização fundiária das terras irrigadas por sistemas públicos será objecto de algumas medidas correctivas e compensatórias na ordem da gestão administrativa dos perímetros, designadamente em termos de taxas”.

Os deputados signatários querem ainda saber se Jaime Silva “pensa propor medidas de natureza fiscal”, fazendo incidir “uma contrapartida pública sobre as mais-valias geradas por negócios jurídicos dos particulares respeitantes aos prédios beneficiados”. **M.R.**

# Carlos Lopes questiona Governo sobre o troço Tomar/Coimbra do IC3

REGISTANDO os avanços que são conhecidos por parte do Governo no que concerne à continuação do IC3, com a construção do troço Tomar/Coimbra, o deputado do PS Carlos Lopes dirigiu um requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações solicitando informações sobre esta obra, que “é determinante e prioritário para o desenvolvimento económico da região do interior centro”.

No requerimento, o deputado do PS questiona o Ministério das Obras Públicas sobre quais as soluções preconizadas para o traçado do IC3 e quando será definitivamente estabelecido o traçado entre Tomar e Coimbra.

Carlos Lopes quer ainda saber quando se prevê que o estudo prévio desta obra fique concluído, qual a tramitação do processo uma vez aprovado o estudo prévio, qual o perfil transversal que assumirá o



troço referenciado e quando prevê o Governo estar em condições de iniciar e concluir esta importante obra.

No documento entregue na Mesa da Assembleia da República, o deputado eleito pelo círculo de Leiria considera que a construção do IC3 entre Tomar e Coimbra “representará a principal via de penetração do interior centro e

possibilitará aos seus utilizadores a redução de distâncias e tempo de viagem, conferindo-lhes maior segurança e mobilidade”, apresentando-se ainda “como resposta ao tipo e volume de tráfego que hoje circula na EN110 e EN347”.

Para Carlos Lopes, este itinerário complementar “afigura-se estruturante e decisivo no que se refere à redução das assimetrias entre os municípios referenciados localizados no norte do distrito de Leiria (à semelhança de outros) e o litoral”, ao mesmo tempo que “promoverá o fomento de desenvolvimento económico, que potencie atracção de investimento, que dinamize a instalação de empresas com a consequente criação de postos de trabalho que contribuam para a fixação da população nesta zona deprimida do interior, contrariando a tendência do êxodo populacional que se tem vindo a verificar nas últimas décadas”. **J.C.C.B.**

## OPINIÃO



**MARIA SANTOS**  
Membro da Comissão Nacional

*A Lei de Bases aprovada, precisamente, no Ano Europeu do Ambiente, é uma das “pedras angulares” das nossas políticas públicas*

## 20º ANIVERSÁRIO DA LEI DE BASES DO AMBIENTE!

A LEI de Bases do Ambiente (Lei nº.11/87, de 7 de Abril) entrou em vigor há, precisamente, vinte anos!

Muita coisa mudou, desde que a problemática ambiental começou a “ganhar” espaço mediático a partir dos anos 70 do século passado. Os decisores políticos tiveram então que fazer face, de forma crescente, à evidente multiplicação de reportagens, artigos, notícias, sobre disfunções ambientais, catástrofes, reivindicações, poluições locais, ameaças globais.

O “caminho” que, paulatinamente, tem levado à tomada de consciência ambiental, não tem sido fácil. Contudo, se fizermos uma breve retrospectiva, temos de reconhecer que vão longe os tempos em que os ecologistas/ambientalistas eram considerados meros “defensores dos passarinhos” ou denominados de radicais, fundamentalistas e catastrofistas! Por todo o lado foi-se impondo um sentimento de urgência e profundo protesto, quer pela degradação da qualidade de vida, quer contra a destruição do meio natural. Daí que o relatório Meadows, intitulado “Limites do Crescimento”, que analisa os impactos da actividade económica na biosfera, publicado em 1972, por iniciativa do Clube de Roma, tenha “caído como um raio” sobre os apologistas do desenvolvimentismo sem restrições. A confirmação de que “num mundo finito, existem limites físicos e ecológicos ao crescimento económico da humanidade” traduziu-se na necessidade de uma reorientação do desenvolvimento, reconciliando-o com as exigências ambientais.

Por outro lado, a conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano, realizada nesse mesmo ano, assumiu-se, também, como um dos mais significativos “sinais” de mudança! De facto, a partir dessa data foram lançadas as bases para uma legislação internacional de ambiente, “incentivadas” as respectivas políticas públicas, criados, genericamente, os primeiros organismos estatais com competências na matéria, e adoptados os grandes princípios para a conservação do Planeta.

Portugal, no início dos anos 70, viu-se, assim, “envolvido” por essa “brisa ambientalista”. Foi criada a Comissão Nacional do Ambiente (1971), pois era preciso organizar a participação portuguesa na Conferência da ONU! O isolacionismo a que o anterior regime votava o país teve aqui um pequeno “sopro” de abertura, ainda que sem consequências plausíveis na esfera política ou na acção do Estado. Mas felizmente que a luta democrática e de resistência à ditadura, tal como a pressão internacional, se revelaram dia-a-dia mais fortes, coesas e promissoras!

Com o 25 de Abril a política de ambiente na Administração Pública obteve um grande impulso. Então, pela primeira vez, o ambiente passou a um direito constitucional. Sucederam-se as sub-Secretarias e as Secretarias de Estado do Ambiente, tuteladas pelos ministérios do Equipamento Social e ou da Habitação e das Obras Públicas. No entanto, só com o surgimento do Ministério da Qualidade de Vida, em 1981, se atingem condições favoráveis para a grande viragem na política de ambiente proporcionada pela nossa adesão à CEE (1986). No ano seguinte, com a aprovação da Lei de Bases do Ambiente – uma das mais inovadoras do espaço europeu – foi favorecida a independência institucional do sector, ocorrida em 1990, com a criação do Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais. Mas a ilustração de completa autonomia encontra-se na sua nova denominação Ministério do Ambiente (1995), a que se sucede o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (1999), ambos da responsabilidade de governos socialistas.

A Lei de Bases aprovada, precisamente, no Ano Europeu do Ambiente, é uma das “pedras angulares” das nossas políticas públicas. Vinte anos depois, continua a ser uma lei emblemática, mas não inócua! A sua arquitectura geral, para alguns analistas jurídicos, apresentará, certamente, insuficiências, todavia, ela é, claramente, a fiel tradução das tarefas fundamentais do Estado relativamente à “protecção do ambiente e qualidade de vida”. O direito do ambiente, consagrado na Constituição da República Portuguesa, encontra na Lei de Bases do Ambiente uma “expressão legislativa de excelência” e um enorme estímulo à criatividade dos juristas para assegurarem a sua aplicação. Enquanto interveniente na sua elaboração e aprovação, permite sinalizar o conjunto de valores ambientais e os objectivos, medidas e instrumentos que balizaram, pela primeira vez, a definição de uma política para este sector. Ao consagrar princípios específicos que vão desde a prevenção, à participação pública; da responsabilização até ao nível mais adequado da acção; da cooperação internacional ao princípio da integração do ambiente nas demais políticas, esta Lei antecipou algumas das premissas que vieram, anos mais tarde, a impulsionar uma nova geração de direitos.

Vinte anos passados aqui deixo um outro desafio: a adopção de uma “Carta Ecológica de Direitos Fundamentais”!



## OPINIÃO



**ARNALDO FRAIDE**  
Presidente da Comissão Política Concelhia de Santiago do Cacém

*Estamos a fazer tudo isto com uma participação equilibrada de ambos os géneros, com os jovens e com todos quantos conosco querem trabalhar e se identifiquem com os ideais do PS independentemente de serem ou não militantes*

## UM PROJECTO PARA SANTIAGO

TODOS os dias são tecidas considerações sobre as relações entre o Governo e o partido e quase sempre numa perspectiva que aponta para a menorização do PS face ao Executivo que suporta. A questão não é nova e merece alguma atenção. Se é verdade que a excessiva partidarização da governação seria uma atitude extemporânea e perigosa para os desafios que se colocam ao país, um quase desaparecimento do partido da agenda política nacional, submerso nas águas luzidias das reformas em curso, só contribuiria para ajudar a solidificar as teses daqueles que se regozijam com o enfraquecimento dos partidos políticos que, paradoxalmente, abominam, e vêem nesse apoucamento uma condição sine quanon para a emergência de uma certa sociedade civil com pés de barro, tantas e tantas vezes, tardiamente descoberta.

Se uma verdadeira sociedade civil forte e participativa é algo de imprescindível para a vitalidade de uma comunidade e de um país, uma democracia moderna não poderá nunca prescindir de um sistema de partidos prestigiado e capaz de corresponder aos anseios das populações. Como tal, cabe-nos, na qualidade de militantes, tudo fazer para que o PS, enquanto partido central do sistema político nacional, se fortaleça e se apresente ao eleitorado como garante de uma esquerda moderna e preocupada em resolver, efectivamente, os problemas que se colocam ao nível de governação que esteja em causa. Na dicotomia Partido/Governo é necessário, pois, encontrar o justo equilíbrio que se afigura como necessário à serenidade política que sempre está na base de decisões mais justas e mais acertadas. Sobre a força política do Governo não será necessário dizer muito, vejamos as opiniões que dele os portugueses mostram ter, evidenciadas nos estudos recente e reiteradamente publicados, sobre as suas preferências eleitorais.

Mas a existência de um PS forte e actuante capaz de ombrear com a dinâmica do Governo merece que nos detenhamos um pouco mais sobre os caminhos a trilhar. Estou em crer que a dinâmica partidária não será conseguida apenas com o trabalho desenvolvido pelas estruturas nacionais e/ou distritais. É preciso que disso mesmo todos tenhamos consciência. A actuação das concelhias, das secções e dos militantes é também muito importante e não deverá ser negligenciada seja por quem for. É por esse facto, mas não só, que, na qualidade de presidente da Comissão Política Concelhia de Santiago do Cacém quero dar um contributo significativo, ao nível do suporte crítico mas leal à actividade governativa e do Grupo Parlamentar mas, sobretudo, trabalhar em conjunto com todos os socialistas do município e de todo o Alentejo Litoral, para que o PS se torne nas próximas eleições autárquicas o maior partido em Santiago do Cacém, como já hoje acontece ao nível das eleições legislativas.

Para tanto temos um plano! Um plano que passa por pôr em prática um conjunto de iniciativas que possam levar à construção participada de um projecto político para governar o município, à construção de um projecto para Santiago no seu âmbito criamos um Gabinete de Apoio ao Município através do qual procuramos ser uma mais-valia para os cidadãos, sobretudo para os que não consigam ver os seus problemas resolvidos na relação que mantenham com a Câmara Municipal de maioria comunista. É um gabinete que tem uma vertente presencial, através de atendimento directo prestado aos cidadãos, mas também uma vertente virtual já disponível via Internet.

Criamos um Gabinete de Estudos através do qual procuramos uma actualização permanente das variáveis de desenvolvimento do município, tratadas de forma sectorial, em ordem a criar uma sistematização que facilite a busca das melhores soluções estratégicas a pôr em prática no futuro;

Concebemos um plano de formação que facilita o domínio de certas matérias ao nível técnico-político por parte de todos os socialistas – em especial os autarcas – que se têm mostrado disponíveis para o frequentar. Não é um plano de cariz escolástico mas de cariz informal onde as visitas organizadas a pontos considerados de interesse também têm o seu lugar.

Temos em curso um sistema de visitas a instituições, com a finalidade de melhor conhecer os problemas com que se debatem e melhor podermos preparar medidas que vão ao encontro das melhores soluções. Já visitámos doze. Queremos ser tidos em consideração sempre que esteja em causa o futuro das nossas Instituições, do município e das suas populações.

Temos disponível um sítio na internet, por forma a assegurar uma maior, mais permanente e mais rápida interacção entre todos quantos queiram ver em nós um parceiro a considerar, especialmente os cidadãos do município de Santiago do Cacém, com os quais estamos a estabelecer um contacto cada vez mais estreito.

Estamos a fazer tudo isto com uma participação equilibrada de ambos os géneros, com os jovens e com todos quantos conosco querem trabalhar e se identifiquem com os ideais do PS independentemente de serem ou não militantes.

É este o nosso contributo para a afirmação do PS no município de Santiago do Cacém no actual mandato da Comissão Política Concelhia. Se pelo país fora cada militante, cada Secção, cada Concelhia, cada Federação em articulação com a actividade planeada pelas estruturas nacionais, der o seu contributo, dificilmente o PS deixará de se engrandecer ainda mais, cumprindo ainda melhor um dos seus designios centrais: o de contribuir, aos mais variados níveis de governação, para a construção de um país mais próspero, mais justo e mais solidário.

## Deputados do PS solidários com residentes na Várzea da Moita



OS DEPUTADOS socialistas eleitos pelo círculo de Setúbal manifestaram a sua total solidariedade com os residentes na Várzea da Moita na sua “luta séria e determinada contra a forma como o Plano Director Municipal (PDM) está a ser revisto” pelo Executivo camarário.

A posição foi assumida durante uma visita que realizaram no princípio deste mês ao concelho da Moita, em que os eleitos do PS aproveitaram para assinar o compromisso de “tudo fazerem para engrandecer” a conferência

nacional que os moradores da Várzea realizarão a 19 de Maio.

Trata-se de uma iniciativa centrada na necessidade de aprofundar e alterar a legislação de uso da terra e do ordenamento do território.

Para os deputados socialistas, a alteração do uso do solo, com gestão de mais-valias inaceitáveis, bem como a utilização indevida desse mesmo solo para fins habitacionais “assume foros de escândalo”.

Após as informações prestadas pelos parlamentares do PS sobre a estratégia articulada que o nosso partido definiu para todo o distrito

de Setúbal, os residentes da Várzea congratularam-se pela forma como os vereadores socialistas na autarquia da Moita têm enfrentado as inaceitáveis posições da CDU.

Nesta visita ao concelho da Moita, os eleitos do PS também informaram a direcção da escola secundária local que o Governo apresentou recentemente ao Tribunal de Contas a proposta para edificação de novas instalações escolares, dada a conhecida degradação das existentes, que estão em regime de precariedade há três décadas. **M.R.**

## Formação autárquica em Setúbal

A FEDERAÇÃO de Setúbal do Partido Socialista vai organizar um conjunto de acções no âmbito da formação autárquica.

Temas como as atribuições, competências e funcionamento dos órgãos das autarquias, fazem parte de um vasto conjunto de muitos outros assuntos, que serão debatidos em posteriores iniciativas, onde as questões relacionadas com a problemática autárquica constituirão o tema central.

Na primeira iniciativa, a ter lugar já no dia 21 de Abril, estarão em análise as leis 169/99 e 159/99, respectivamente, o regime jurídico de funcionamento e das competências dos órgãos dos municípios e das freguesias e a lei-quadro de transferências de atribuições e competências para as autarquias locais.

Para Vítor Ramalho, presidente da Federação de Setúbal do Partido Socialista, esta iniciativa, voltada para a formação autárquica, pretende ser a primeira de um ciclo



de outros debates mais alargados e extensíveis a diferentes temas de âmbito distrital.

Segundo este dirigente socialista, preparar e organizar uma iniciativa onde a problemática autárquica constitui o tema central reveste-se

de uma importância fundamental tendo em vista, como sublinha, o papel determinante que o Partido Socialista tem vindo a desempenhar, “desde sempre”, quer a nível local quer nacional, no âmbito da política autárquica. **R.S.A.**



# Há razões para acreditar no distrito de Portalegre

FÓRUM “NOVAS FRONTEIRAS”

O SECRETÁRIO nacional do PS para as Autarquias, Miranda Calha, afirmou ser “muito positivo” o balanço das promessas do Governo já concretizadas em relação à região de Portalegre, na intervenção que efectuou no debate que o conselho coordenador do Fórum “Novas Fronteiras” no distrito promoveu no dia 15, no Convento da Provença, Ribeira de Nisa, subordinado ao tema “Acreditar no distrito de Portalegre”.

Depois de enunciar algumas das medidas do Governo para a região, como a ligação por via férrea ao porto de Sines e a passagem previs-



ta do TGV por Caia, entre outras, Miranda Calha sublinhou o “bom rumo” que estão a ter todas as áreas que “são determinantes para o desenvolvimento” do distrito, acrescentando que nos últimos anos tem havido “uma valorização do território”, através da construção de

importantes infra-estruturas.

O dirigente socialista disse ainda que o distrito de Portalegre se encontra num “novo patamar” do seu processo de desenvolvimento, em que a competitividade assume um papel determinante no crescimento económico.

Nesta iniciativa, em que estiveram em discussão os painéis “Desenvolvimento regional” e “Transportes e comunicações – o papel do Norte Alentejano”, ambos moderados pelo deputado Ceia da Silva, participaram o ministro do Ambiente, Nunes Correia, e o ministro das Obras Públicas, Mário Lino, para além de destacados quadros nacionais e locais.

# Cabeceiras de Basto promove conferência sobre “Autarquias e Desenvolvimento”

NO ÂMBITO da iniciativa “Ciclo de Conferências Políticas de Futuro” que a Câmara de Cabeceiras de Basto, presidida pelo socialista Joaquim Barreto, tem vindo a levar a cabo desde 2006, vai ter lugar no próximo dia 20 de Abril, pelas 21h30, no auditório municipal Ilídio Santos, um debate sobre “Autarquias e Desenvolvimento”, que contará com a presença da eurodeputada socialista Elisa Ferreira.

Trata-se de uma iniciativa que mensalmente promove o debate em espaços abertos a técnicos,

autarcas, população em geral, numa perspectiva cívica e política de informar, formar e sensibilizar as pessoas, nomeadamente os cabeceirenses, para iniciativas que aprofundem os conhecimentos sobre os direitos e os deveres de cidadania na sociedade actual.

## Desenvolvimento integrado da floresta

Entretanto, a Câmara de Cabeceiras de Basto promove no dia 17 um seminário alusivo ao tema “Juntos no Desenvolvimento Inte-

grado da Floresta”, no Complexo Florestal da Veiga, tendo em vista reunir diferentes agentes locais e regionais ligados ao sector, numa jornada de trabalho onde se pretende lançar um olhar sobre a floresta e reflectir sobre temas como o ordenamento, o repovoamento, a gestão da floresta, bem como a prevenção, fiscalização e o combate aos incêndios florestais.

Trata-se de uma iniciativa que constitui uma oportunidade única para, em conjunto, se encontrar um novo rumo para o desenvolvimento sustentado da floresta.

# Câmara de Mértola lança Plano Municipal para a Igualdade

A CÂMARA de Mértola aprovou, por unanimidade, a proposta de Plano Municipal para a Igualdade apresentada pelo Gabinete de Desenvolvimento Social (GDS).

O Plano Municipal é um documento estratégico que define quais as prioridades da autarquia nos domínios da igualdade de género e da integração de pessoas portadoras de deficiência e/ou incapacidade.

Com um período de vigência de três anos (2007-2009), a proposta estabelece ainda objectivos e prioridades em conformidade com o definido em protocolo entre a Câmara de Mértola e a Comissão para a Igualdade e Direitos da Mulher (CIDM) e o I Plano Nacional de

Acção para a Integração da Pessoa com Deficiência e Incapacidade (PAIPDI).

A proposta de Plano Municipal para a Igualdade apresenta quatro prioridades estratégicas: diagnosticar com rigor as situações de desigualdade de direitos e oportunidades no concelho, em especial as que dizem respeito às mulheres, idosos e pessoas portadoras de deficiência; reduzir a tolerância da comunidade local para com a desigualdade de direitos e oportunidades e, mais especificamente, perante situações de violência doméstica; promover e melhorar os níveis de qualidade, coordenação e eficiência dos serviços com res-

ponsabilidades nos seus domínios de actuação; e melhorar o apoio e os serviços locais de ajuda às vítimas de violência doméstica e/ou pessoas com deficiência ou incapacidade.

Entre as principais acções indicadas no documento contam-se a constituição de um Gabinete Local para a Igualdade e um Fórum Municipal para a Igualdade.

A proposta agora aprovada servirá de base de trabalho com a Comissão para a Igualdade e Direitos da Mulher, o Secretariado Nacional para a Reabilitação e Inserção da Pessoa com Deficiência e outras entidades com actividade específica no domínio da Igualdade.

# ANA/PS debate transferência de competências para as autarquias

A COMISSÃO Directiva da ANA/PS reúne no dia 17, na sede nacional do Largo do Rato, para fazer o ponto da situação sobre o processo de descentralização

e transferência de competências para os municípios e preparar a próxima reunião do Conselho Geral da ANMP, onde vários autarcas socialistas integram os grupos

de trabalho desta associação.

Na reunião foram ainda abordadas questões relacionadas com o QREN e o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos.

OPINIÃO



RICARDO GONÇALVES  
Deputado do PS

*Na região minhota, tem vindo a sobressair cada vez mais, entre outras, uma particularidade neste aspecto: a aposta, cada vez mais acutilante, programada e firme, nas chamadas energias renováveis*

# A CRESCENTE IMPORTÂNCIA DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS NO MINHO

É UM facto indiscutível que os sectores industriais têm paulatinamente que se adaptar aos novos tempos. Há muito que já lá vai o tempo em que um industrial montava um negócio, fosse em que área fosse, e os lucros, através de uma boa gestão, se multiplicavam, dando dessa forma segurança não só aos trabalhadores que empregava como também estabilidade à empresa em termos de futuro. As convulsões sociais e económicas, com destaque para a livre concorrência trazida pela globalização – para já não falar nas de tipo político –, vieram, progressivamente, abalar esse estado de coisas, esse quase “statu quo” que durante muito tempo se viveu – quiçá desperdiçando oportunidades de abrir outras portas ao exterior, mas isso é pano para outras mangas... – e, assim, hoje em dia há que diversificar, ver mais longe e ter a coragem de seguir em frente.

Na região minhota, tem vindo a sobressair cada vez mais, entre outras, uma particularidade neste aspecto: a aposta, cada vez mais acutilante, programada e firme, nas chamadas energias renováveis.

Os exemplos já abundam, felizmente. E, para não entrarmos aqui numa lista muito exaustiva, referiremos, apenas, alguns casos que consideramos exemplares no que toca a esta matéria. Assim, há, desde logo, que realçar os casos de empresas do sector da construção civil que, aliando-se à Universidade do Minho e recorrendo às novas tecnologias que vão surgindo, sustentadamente, na região e principalmente na cidade de Braga (a capital da “Região do Conhecimento”), estão a criar um verdadeiro “cluster” importante de energias alternativas.

Um momento de menor crescimento do sector da construção civil leva a que este tipo de empresas se volte para outras soluções e procure inovar e diversificar as suas actividades também na área do ambiente. Com destaque para a água, saneamento e energias renováveis, fundamentais para cumprir Quioto e para, ao mesmo tempo, diminuir as enormes importações de factores energéticos, com relevo para o petróleo.

É também precisamente no Vale do Minho que está a ser construído um dos maiores parques eólicos da região: em Viana do Castelo uma empresa vai fabricar toda a fileira de energia eólica, criando 1800 postos de trabalho. Por outro lado, também aumenta o investimento na investigação relativa aos painéis solares, para garantir uma maior eficácia desta fonte energética alternativa.

No concelho da Póvoa de Varzim, mais concretamente na zona da Aguçadoura, continua a ser desenvolvida – ao que parece com sucesso inegável – uma experiência que consiste no aproveitamento das potencialidades das ondas do mar.

Mas poderemos falar ainda das centrais de biomassa nesta região, tendo em vista o aproveitamento dos resíduos florestais e, paralelamente, contribuir para a diminuição da deflagração de incêndios, registando-se, também aqui, um progressivo investimento por parte de empresas minhotas.

Quase na mesma linha de raciocínio, recorde-se o que já está a ser feito em termos do aproveitamento dos produtos do campo, tendo como finalidade o biodiesel. E também a investigação que já está a avançar com as pilhas de hidrogénio, como fonte de energia. Um último caso – este bem concreto e que todos os dias os bracarenses em geral constatarem: os Transportes Urbanos de Braga há muito que usam, em boa parte da sua frota, veículos “amigos do ambiente”, movidos a gás e híbridos; aliás, os TUB foram a primeira empresa do género, em todo o país, a enveredar por esta solução – que se verificou, após aturados estudos, ser, por um lado, mais consentânea com os parâmetros ambientais que estão cada vez mais na ordem do dia e, por outro, envolvendo uma redução de custos em termos de combustíveis.

Desta forma, o que se verifica é que podemos estar – todos, em conjunto – a criar um “cluster” fundamental na região minhota. Ora, torna-se necessário que não sejam apenas os empresários e os investigadores, nos mais diversos sectores, a levar por diante a concretização desta realidade. É preciso que as pessoas também se envolvam nesta verdadeira revolução, investindo em energias renováveis e mudando muitos dos seus hábitos. O protocolo de Quioto, com o combate ao CO2, assim o exige e a região do Minho pode estar, mais uma vez, à frente nesta nova caminhada do século XXI.



## OPINIÃO



CELSE GUEDES DE  
CARVALHO  
celso.carvalho@netcabo.pt

*Aproximar os militantes, promover o debate, combater a informalidade e concretizar soluções são desafios que todas as federações e concelhias deveriam prosseguir*

## DEZ NOVOS CONTRIBUTOS PARA O AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO DOS MILITANTES

O PARTIDO Socialista não consegue produzir debate entre os militantes. Há muitos camaradas que querem dar o seu contributo mas não têm meios para o fazer. As novas fronteiras, a Universidade de Verão e o "Acção Socialista" são as poucas plataformas que ainda permitem alguma participação. Esta situação leva à desistência e apatia por parte de um número significativo de militantes.

Em Março, do ano passado, apresentei no "Acção Socialista", edição n.º 1260, uma lista de dez contributos para aumentar a participação dos militantes. Pelas respostas que recebi acredito que esta iniciativa cumpriu o seu objectivo.

Um ano passou e o objectivo de aumentar a participação dos militantes continua a ser válido.

Aproximar os militantes, promover o debate, combater a informalidade e concretizar soluções são desafios que todas as federações e concelhias deveriam prosseguir. Porque acredito no potencial dos militantes, nos seus conhecimentos e competências, decidi apresentar dez novos contributos

### 1. Manual de acolhimento

Como acontece em inúmeras organizações, o acolhimento de um novo elemento contribui decididamente para o papel que este possa dar à organização. Através deste documento será possível partilhar a visão, missão, valores. Se quiserem, o ADN da estrutura. Cabe aos dirigentes a responsabilidade de integrar cada um dos novos militantes e de aprender com todos eles.

Alguns dos conteúdos que na minha opinião devem ser incluídos neste manual: história da Federação, Concelhia, Núcleo. Códigos de conduta, regulamentos, objectivos. Moradas, contactos, horário de funcionamento, órgãos, cronograma de actividades,

Este manual deve ser entregue ou enviado por correio (juntamente com uma carta de acolhimento) a todos os militantes.

### 2. Presidente por um mês

Implementar um programa que permita aos militantes apresentarem as suas soluções, a sua visão sobre a estrutura da qual fazem parte.

### 3. Grupos de trabalho temáticos

Criar grupos de trabalho, que se reúnam bimensalmente. Uma plataforma concelhia constituída pelos militantes, tendo por base as suas competências formais e o seu contributo individual.

### 4. Universidade (Think Thank)

Temos de formar líderes. Educar para uma cultura democrática e para a iniciativa cívica e política dos cidadãos.

A Universidade de Verão é uma plataforma muito válida para o debate e para o aumento das competências políticas dos militantes. Defendo que esta plataforma deve passar a ser trimestral. Esta mudança contribui para o alargamento da base de conhecimentos adquiridos pelos militantes. Aumenta o número de militantes envolvidos. Torna o trabalho da Universidade de Verão mais produtivo

Deve ainda adaptar-se aos modelos de Boltonha. Os militantes devem participar. Devem existir mesas-redondas. Debates. Contributos dos militantes. Trabalhos a desenvolver.

### 5. Decisões dos órgãos nacionais

Enviar por e-mail para os militantes as decisões dos órgãos nacionais. Envolvendo os

militantes, disseminado a informação, teremos militantes mais motivados e com maior capacidade para envolverem outros cidadãos para os combates do PS.

### 6. Reuniões mensais dos órgãos locais

Se até o primeiro-ministro tem de ir ao Parlamento uma vez por mês, para prestar contas do trabalho do Governo e debater com a oposição, porque é que os órgãos federativos ou concelhios não o fazem?

### 7. Voluntariado

Existem muitas pessoas e instituições a precisarem de ajuda nas mais variadas áreas: contabilidade, informática, trabalho de pintura, consultoria, serviços jurídicos, formação. É possível pôr em comum as competências dos militantes com as necessidades existentes. Os órgãos concelhios e federativos devem promover uma vez por mês, entre os seus militantes, um trabalho de voluntariado. Este trabalho será baseado nas competências que cada um já possui.

### 8. Organização de workshops

Organizar workshops em que os oradores são os próprios militantes. Estes fóruns de debate devem ser centrados nas temáticas que mais preocupam os jovens: primeiro emprego" (como fazer CV, entrevista – simulação, motivação, gerir carreira), "porque devo votar", "para que serve um curso superior".

### 9. Benchmarking

O benchmarking é um "processo contínuo e sistemático que permite a comparação das "performances" das organizações e respectivas funções ou processos face ao que é considerado "o melhor nível", visando não apenas a equiparação dos níveis de "performance", mas também a sua ultrapassagem" (DG III – Indústria da Comissão Europeia, 1996).

Através da implementação desta prática de gestão será possível identificar e avaliar as melhores práticas. Os melhores desempenhos. A troca de boas práticas.

### 10. Novo processo de adesão de militantes

Não faz sentido que a adesão ao nosso partido seja feita através de uma ficha de adesão que nem sequer faz referência aos direitos e deveres dos militantes. Assim proponho que seja anexada à ficha de adesão um resumo dos estatutos do PS, nomeadamente no que diz respeito aos direitos e deveres dos militantes (artigos 14.º e 15.º) e um resumo da Declaração dos Princípios do partido.

Mais, proponho que a ficha de adesão seja enviada directamente para a Sede Nacional. Após a aprovação pelo Secretariado Nacional (aprovar o quê?) deve ser enviada uma cópia para o Secretariado da Secção, Concelhia e Federação. Com esta medida conseguimos acelerar o processo de adesão e diminuir eventuais atrasados provocados por processos eleitorais em curso. Aumentamos a transparência e a rapidez do processo.

Dizem que o tempo muda as coisas mas verdadeiramente somos nós que temos a responsabilidade de as mudar. Até porque "as pessoas não votam no que o político fez no passado recente. Votam no que esperam que ele faça no futuro" (Bo Krogvig).

E, por incrível que pareça, já passou um ano desde as últimas eleições federativas e concelhias.

## Novo regime laboral das artes do espectáculo combate precariedade



INTRODUZIR soluções mais protectoras em situações de perda de aptidões artísticas e combater a precariedade são os objectivos centrais do novo regime de trabalho de profissionais das artes do espectáculo aprovado recentemente pelo Governo socialista.

No final da reunião de Conselho de Ministros, o secretário de Estado da Presidência, Jorge Lacão, lembrou que o diploma em questão, que terá ainda de ser submetido à aprovação do Parlamento, estabelece que a celebração de contratos de trabalho "passa a ser regra e não a excepção".

"São criados novos modelos de contratação laboral, com introdução das figuras do trabalho intermitente e do trabalho em grupo, bem como de uma modalidade

especial de contrato a termo", refere a proposta aprovada pelo Executivo e que, segundo o comunicado do Conselho de Ministros, "responde às preocupações dos profissionais do espectáculo, designadamente nas actividades em que há um desgaste inerente ao seu próprio exercício".

Neste particular, o Governo adianta também que será "regulamentada a perda superveniente de aptidão artística em condições mais favoráveis do que as previstas no regime geral do Código do Trabalho".

Já no que diz respeito à Segurança Social, o Executivo optou por "reter a sua regulamentação para diploma específico a publicar posteriormente", dada a "complexidade, especificidade e diversidade das situações a contemplar". M.R.

## Actualizadas pensões de deficientes das Forças Armadas



INTRODUZIR melhorias significativas nas condições económicas e sociais dos deficientes das Forças Armadas e minorar os efeitos negativos de situações de injustiça que sobre eles pesam, são os objectivos que estão na base da decisão do Governo de actualizar as correspondentes pensões com o posto de cabo da armada e cabo de secção.

Deste modo, explicou o secretário de Estado da Presidência, Jorge Lacão, no final do Conselho de Ministros, o Executivo dá passos importantes no sentido de eliminar uma discriminação existente no sector da Defesa.

Nas palavras de Jorge Lacão, o objectivo do decreto-lei aprovado é "terminar com uma situação de desigualdade que resultou para os deficientes das Forças Armadas com o posto de furriel que, em 2002, não lograram ser contemplados na alteração efectuada ao regime remuneratório dos militares das Forças Armadas".

Nessa alteração, refere o comunicado do Conselho de Ministros, "foram revalorizadas as escalas salariais de vários postos de categorias de sargento e de praça, ficando aquelas patentes manifestamente prejudicadas em relação a estas últimas".



## Apoio estatal para melhorar habitações de idosos

MELHORAR as condições de habitabilidade das casas de pessoas idosas e prevenir o seu internamento precoce em lares de terceira idade são as metas traçadas para o Programa de Conforto Habitacional para Idosos (PCHI), uma medida lançada, no passado dia 10, pelo ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva.

No âmbito do PCHI, o Governo vai financiar obras nas habitações de pelo menos 160 idosos da região de Bragança nesta fase de arranque, prevendo-se que durante este ano o programa seja alargado aos distritos da Guarda e Beja.

Os 12 municípios de Bragança, pelas suas características rurais e pelo envelhecimento acentuado, foram os primeiros a assinar protocolos de colaboração com o Instituto de Segurança Social ao abrigo deste programa nacional, numa cerimónia presidida por Vieira da Silva que decorreu no Governo Civil.

Assim, o Executivo comprometeu-se a financiar os recursos materiais com verbas provenientes dos jogos sociais e as autarquias assumiram a responsabilidade da execução das obras.

Já aos vários parceiros da rede social concelhia caberá seleccionar os beneficiários do PCHI, prevendo-se que neste distrito do Norte de Portugal o programa atinja cerca de 10 por cento dos 1.600 idosos



com apoio domiciliário.

As previsões iniciais apontam para que, no primeiro ano de vigência, o programa abranja cerca de 600 habitações nos três distritos contemplados.

Com base nos resultados desta experiência-piloto serão estudadas as medidas para alargar o PCHI a todo o país numa fase posterior.

Segundo o titular da pasta do Trabalho e Solidariedade Social, com a melhoria das habitações, pretende-se criar condições para manter os idosos nas suas casas e nas suas comunidades e evitar a sua institucionalização, uma consequência muitas vezes da falta de condições de habitabilidade.

A degradação das habitações

dificulta também, segundo Vieira da Silva, o próprio apoio domiciliário.

Neste sentido, o novo programa contempla pequenas obras para instalações sanitárias, cozinhas e outros equipamentos e reparações que terão disponível um investimento global, para 2007, de cerca de dois milhões de euros.

Vieira da Silva disse ainda que este PCHI abrangerá também idosos com casas arrendadas, mediante as autorizações dos senhorios, embora entenda que serão “situações minoritárias”.

Refira-se que poderão beneficiar do programa pessoas com 65 anos ou mais, cujo rendimento mensal “per capita” seja igual ou inferior ao valor do indexante dos apoios sociais.

O Programa Conforto Habitacional para Idosos surge no âmbito de uma estratégia de combate à pobreza e à exclusão que tem vindo a ser implementada pelo Governo socialista, dando neste caso particular uma resposta de melhoria de condições nas habitações de idosos, principalmente em localidades do interior. **M.R.**

### OPINIÃO



**RICARDO FREITAS**  
Deputado do PS

*Não nos esqueçamos de dotar de garantias os trabalhadores por este regime abrangidos*

## TRABALHO TEMPORÁRIO – UM NOVO E MELHOR EQUILÍBRIO

COM a aprovação do novo regime jurídico do trabalho temporário, procura o PS gerar um novo e melhor equilíbrio entre os protagonistas desta relação laboral triangular; as empresas de trabalho temporário; os trabalhadores temporários; as empresas de utilização de trabalho temporário.

É sabido que para nós socialistas, este regime laboral é aquele que deverá funcionar só em situações efectivamente temporárias e, portanto, não pode ser utilizado de qualquer forma ou por qualquer entidade. Por isso, a nova lei introduz limites claros para o recurso ao trabalho temporário e regula, fiscaliza e pune todos aqueles que de forma abusiva pretendam fazer deste regime a regra nas relações jurídicas de trabalho.

Contudo, o PS não ignora a importância do trabalho temporário num quadro europeu de crescente competitividade e o seu papel no aumento do emprego. O trabalho temporário é uma relação jurídica de emprego que cria postos de trabalho e que, por isso, importava apoiar, com a consciência de que é imperioso dotar a legislação de garantias para os trabalhadores abrangidos, nomeadamente no plano da protecção e segurança, objectivos que julgamos alcançados no novo texto legislativo.



Exigimos para o exercício da actividade de cedência temporária de trabalhadores a utilizadores um conjunto de requisitos, envolvendo estrutura organizativa adequada, idoneidade, constituição de caução, a denominação da pessoa singular ou colectiva com a designação “trabalho temporário”.

Definimos que tipos de contratos podem ser celebrados pelas empresas de trabalho temporário e impedimos que seja cobrado aos candidatos a emprego temporário, directa ou indirectamente, quaisquer importâncias em numerário ou em espécie.

Não nos esqueçamos de dotar de garantias os trabalhadores por este regime abrangidos, de notar por exemplo que o utilizador é subsidiariamente responsável pelo incumprimento por parte da empresa de trabalho temporário de créditos de trabalho temporário, bem como dos encargos sociais correspondentes ao ano subsequente ao início da prestação.

Nos contratos de utilização são claros os casos onde são admitidos esse tipo de contratos, sendo necessariamente e obrigatoriamente justificados pelo utilizador.

Fixamos, ainda, a duração máxima dos mesmos (para dois anos) e clarificamos a situação dos trabalhadores durante o período de inactividade.

Definimos também as disposições relativas à segurança, higiene e saúde no trabalho e à formação profissional.

Finalmente, explicitamos o regime contra-ordenacional e outras sanções de modo a desincentivar toda e qualquer espécie de prática abusiva em torno da utilização deste regime.

Em resumo, criamos o equilíbrio adequado para uma actividade que sendo necessariamente supletiva no quadro jurídico das relações de trabalho é, contudo, necessária ao emprego, à competitividade e que deve ser exercida num quadro de regras precisas e justas para todos os envolvidos, em particular para os seus trabalhadores.

## Reestruturação consular vai servir melhor as comunidades portuguesas

A REESTRUTURAÇÃO consular anunciada em Março passado pelo Governo visa fundamentalmente “servir melhor a comunidade portuguesa” e não tem por base uma política economicista. Esta a garantia dada pelo secretário de Estado das Comunidades, António Braga, ao falar, em Lisboa, à margem da apresentação do projecto Lusavox, um concurso de descoberta de novos talentos musicais entre os luso-descendentes.

Lembrando que a reforma consular assenta em três pilares – modernização dos serviços, reestruturação da rede e definição de um novo conceito de acção consular –, António Braga assegurou que tudo está a ser feito “em função dos interesses de Portugal e das comunidades portuguesas”.

E lembrou ainda que o Executivo vai implementar este ano o consulado virtual, através do qual os portugueses no estrangeiro poderão tratar de todos os actos consulares que não exijam presença física no consulado, como é o caso do passaporte e do Bilhete de Identidade.

“O consulado virtual está numa fase de pré-testes”, adiantou, referindo de seguida que a “reestruturação consular vai acompanhar a

iniciativa do consulado virtual”.

O governante defendeu também que a reforma consular é “boa”, uma vez que vai “responder às necessidades da nossa comunidade residente no estrangeiro”, afirmando depois que “os portugueses podem estar tranquilos porque os serviços terão uma melhor qualidade”.

Quanto ao projecto Lusavox, refira-se que a Secretaria de Estado das Comunidades lançou este concurso “on-line” de descoberta de talentos musicais entre os portugueses residentes no estrangeiro visando divulgar a língua e cultura portuguesa junto dos jovens luso-descendentes.

Até 31 de Maio, todos os artistas das comunidades portuguesas podem enviar os seus trabalhos, biografias, fotografias e letras das músicas através do site <http://lusovox.sapo.pt> ou dirigi-los aos consulados portugueses.

De salientar que apesar de ser uma iniciativa do Governo e de empresas portuguesas, as letras das canções concorrentes ao Lusavox não têm de ser todas em português, porém, o regulamento prevê que pelo menos uma estrofe tem de ser na língua de Camões.

Os participantes no concurso

têm também de obedecer a algumas regras, tais como estarem inscritos no consulado há pelo menos um ano.

Os trabalhos a concurso serão apreciados por um júri constituído por músicos e intérpretes portugueses para seleccionar os dez melhores que serão apresentados no Festival de Música, a realizar no próximo dia 12 de Agosto, em Braga, com transmissão garantida pela RTP Internacional e pela RDP Internacional.

Entre esses dez melhores sairá um vencedor, que terá como prémio gravar um CD.

Os utilizadores do Sapo irão também escolher o seu favorito, através de uma votação “on-line”, sendo atribuído ao vencedor o prémio de cinco mil euros.

Na cerimónia de lançamento do Lusovox e a propósito dele, António Braga considerou que a mais-valia desta iniciativa passa por “corresponder à ambição de ligar, cada vez mais, os portugueses a Portugal através das novas tecnologias”.

“O apelo e ligação à cultura e língua portuguesa não termina com este projecto, mas é através dele que nos aproximamos dos jovens”, declarou. **M.R.**



## OPINIÃO



LUÍS MIGUEL FERREIRA  
S. João da Madeira  
lferreira2@gmail.com

*Os objectivos a atingir são bastante claros e ambiciosos e poderão, de facto, no horizonte de 2010, levar Portugal a um nível de qualificação da população portuguesa bem mais elevado, criando, dessa forma, novas e mais favoráveis condições para o crescimento económico e promoção da coesão social*

## NOVAS OPORTUNIDADES – TEMPO DE VIRAGEM

PORTUGAL vive ainda uma série de problemas estruturais que precisa, de uma vez por todas, de enfrentar de forma determinada e séria. A distância que nos separa dos países mais desenvolvidos da Europa ainda é muito grande em vários aspectos e, portanto, as nossas atenções e principais recursos deverão ser canalizados para aquilo que poderá vir a ser absolutamente determinante para a verdadeira mudança.

O problema das qualificações dos portugueses (ou melhor, da falta delas) é um desses aspectos. Segundo o European Innovation Scoreboard 2006, o nível educacional dos jovens portugueses (com secundário, entre os 20 e os 24 anos) é o segundo mais baixo da UE25 (48,4 por cento contra os 77,3 por cento da UE25) e a população com formação superior situa-se nos 12,8 por cento (o 5º mais baixo da UE25), contra os 22,8 por cento da média da UE25. Em vários “rankings” internacionais, quando nos referimos aos recursos humanos e às respectivas qualificações, Portugal perde sistematicamente posições, mostrando-se menos bem preparado para os desafios futuros num mundo globalizado cada vez mais competitivo. No Ranking Travel & Tourism, por exemplo, publicado no início do mês de Março pelo World Economic Forum, considerando dos 124 países envolvidos no estudo apenas os pertencentes à UE27, Portugal, tendo-se classificado em 13º lugar no índice global, apresenta os seus piores desempenhos se considerarmos apenas a componente relativa aos recursos humanos (17º lugar na UE27).

É, pois, de enorme importância a iniciativa do Governo inserida no Plano Tecnológico designada por Novas Oportunidades, que assenta no objectivo de referência mínimo para qualificação dos nossos jovens e adultos o ensino secundário, segundo dois pilares fundamentais: por um lado, fazer do ensino profissionalizante de nível secundário uma efectiva opção e, por outro, elevar a formação de base dos nossos activos. Os objectivos a atingir são bastante claros e ambiciosos e poderão, de facto, no horizonte de 2010, levar Portugal a um nível de qualificação da população portuguesa bem mais elevado, criando, dessa forma, novas e mais favoráveis condições para o crescimento económico e promoção da coesão social. Durante o período de vigência da Iniciativa deverão ser envolvidos mais de 650 mil jovens em cursos técnicos e profissionalizantes e as vagas em vias profissionalizantes representarão metade do total de vagas ao nível do ensino secundário. Por outro lado, pretende-se ainda qualificar 1 milhão de activos até 2010. Isto tudo através do reforço do Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, “como forma de medir e certificar competências adquiridas em contextos não formais e informais” (<http://www.novasoportunidades.gov.pt>).

Portugal vive, actualmente, um momento de profunda mudança. Em vários sectores de actividade são inúmeras as reformas em marcha, aliadas às oportunidades inerentes ao QREN – o novo programa de fundos comunitários. Pela sua importância estratégica para a viragem estrutural em Portugal, a aposta na qualificação da população portuguesa reveste-se, em particular, da maior importância e poderá constituir a verdadeira ruptura com o passado, rumo a um futuro com mais esperança e novas oportunidades.

## Apostar nos cuidados de apoio às crianças é um bom investimento



**A ideia de que a aposta nos cuidados de apoio às crianças é um bom investimento e de vital importância para a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal de todos, bem como para a igualdade de género, dominou as intervenções dos participantes na conferência sobre “Childcare”, uma iniciativa dos activistas do PSE – Portugal, que decorreu no dia 2, na sede nacional do Partido Socialista.**

J.C. CASTELO BRANCO

VIEIRA da Silva, ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, um dos oradores da conferência, considerou “excelente” a escolha do tema “Childcare”, já que, na sua opinião, “a debilidade da dimensão social do processo de construção europeia é responsável pelo afastamento dos cidadãos da política europeia”.

Sobre as políticas públicas de apoio à primeira infância, Vieira da Silva sublinhou que, apesar dos constrangimentos financeiros, o actual Governo reforçou o investimento nesta área, adiantando que até 2009 a rede de creches vai aumentar 50 por cento. “Centenas de novas creches vão nascer em todo o país nos próximos três anos”, disse.

O ministro do Trabalho e da Solidariedade Social afirmou que “este investimento é decisivo na conciliação da vida familiar e profissional”, salientando ainda o impacto que tem ao nível da criação de emprego sustentado.

Na sua intervenção, Vieira da Silva sublinhou ainda que “há poucas áreas onde o investimento seja tão reprodutivo”, porque, entre outros factores, contribui de forma decisiva para “o desenvolvimento integral das crianças”.

Já o secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Jorge Lacão, abordou o tema da conferência na perspectiva da igualdade de género, uma área que tem ocupado um lugar de destaque na agenda política do Governo.

Assim, sublinhou, o Executivo socialista tem vindo a promover um

conjunto de iniciativas legislativas que visam “criar um clima favorável à igualdade de género para melhor promover a política de protecção à criança”, como o combate à violência doméstica, a revisão da lei da nacionalidade e a revisão do regime jurídico em relação ao tráfico de seres humanos, entre outras.

Jorge Lacão destacou ainda que o Conselho de Ministros aprovou recentemente uma resolução sobre boas práticas nas empresas públicas. De acordo com o diploma, “as empresas públicas devem constituir planos para a igualdade, que têm por objectivo promover os factores de conciliação da vida familiar e profissional”, disse.

Por sua vez, Edite Estrela, líder da bancada do PS no Parlamento Europeu, disse que falar da guarda das crianças é também falar da igualdade de género, já que “não haverá uma verdadeira igualdade entre homens e mulheres enquanto não houver conciliação entre vida familiar e profissional”. O que passa, adiantou, por haver estruturas de apoio à família, como “creches de qualidade, a preços acessíveis, e com horários compatíveis com os horários laborais dos pais”.

### Creches nas empresas aumentam produtividade

Se assim for, frisou, “todos beneficiarão: as crianças, as famílias, as empresas, o Estado, a sociedade”. Assim como também é evidente, acrescentou, que se houver creches nas empresas, perto dos pais trabalhadores, “haverá ganhos de tempo e produtividade e redução do absentismo”.

Por outro lado, a eurodeputada do PS lembrou que os objectivos quantificados da Estratégia de Lisboa

estabeleceram a criação pelos Estados-membros, até 2010, de estruturas capazes de acolherem pelo menos 90 por cento das crianças entre os três anos e a idade da escolaridade obrigatória e pelo menos 33 por cento das crianças de três anos, permitindo “às mulheres conciliarem a vida familiar com a vida profissional e ainda esbater as diferenças de origem e combater as desigualdades”.

Nesta conferência, moderada pela activista do PSE – Portugal, camarada Teresa Fragoso, participou ainda a líder das Mulheres do Partido Socialista Europeu, Zita Gurmai, que reafirmou que o investimento nos cuidados de apoio às crianças “é um investimento para o futuro” e ainda “um bom investimento, porque diversos estudos já demonstraram que investir um euro em ‘childcare’ traz um retorno de três euros”, além de criar empregos duradouros e de qualidade.

### Uma Europa socialmente mais justa

Zita Gurmai apelou ainda à participação de todos os socialistas na campanha sobre “childcare” que o PSE está a promover.

Na sessão de abertura desta iniciativa, o porta-voz do PS e presidente da Comissão dos Assuntos Europeus da AR, Vitalino Canas, que disse ser necessário encontrar novos objectivos, novas metas para a Europa, como o combate às alterações climáticas, “que permitam aproximar os cidadãos da União Europeia”.

Já o activista do PSE – Portugal José Reis Santos sublinhou que “ser socialista europeu hoje é ser pró-activo, contribuindo com a sua acção para uma Europa socialmente mais justa e politicamente avançada”.

### JUNTE-SE AOS ACTIVISTAS DO PSE

SENDO um dos dois milhões de socialistas representados pelo PSE a nível europeu, tem agora a oportunidade de estar envolvido com o PSE, tornando-se um dos seus activistas. Obtenha mais informações no “site” – <http://activists.pes.org> ou contacte [pesactivistsportugal@ps.pt](mailto:pesactivistsportugal@ps.pt)

PES  
@ctivists  
PORTUGAL



# Sócrates diz que PS é referência de estabilidade



## PLENÁRIOS DE MILITANTES

**No âmbito do conjunto de plenários que o Partido Socialista está a realizar por todo o país, o secretário-geral, José Sócrates, deslocou-se a Leiria para refutar veementemente que o seu Governo esteja a desenvolver políticas de direita. Sem uma efectiva consolidação das contas públicas, defendeu, não é possível preparar o país para uma sustentada política social, lembrando que foi este Governo que pela primeira vez, em três décadas, conseguiu baixar o défice das contas do Estado, sem nunca esquecer a aprovação de um conjunto de políticas no sector social.**

“SOMOS o partido que mais garantias dá aos portugueses de estabilidade e de confiança”, disse José Sócrates, salientando que o PS é o único partido que apresenta um conjunto de propostas e de soluções que apontam para o futuro e para a modernidade de Portugal.

José Sócrates foi a Leiria falar aos militantes e aproveitou a oportunidade para rejeitar as acusações segundo as quais dirige um Governo de direita.

Para o líder socialista, iniciativas tão importantes como as leis do aborto, da procriação médica assistida ou da paridade, “são exemplos de políticas de esquerda aprovadas na vigência do actual Governo”.

Para Sócrates, estas leis “marcam a diferença entre o centro-esquerda e o centro-direita”, razão pela qual não concorda com as críticas que os partidos à sua esquerda lhe fazem.

Defendendo que com o recente referendo sobre o aborto “Portugal deu uma prova de modernidade, ao querer combater o aborto clandestino”, o primeiro-ministro regozijou-se por mais “uma promessa do PS ter sido cumprida”.

Mas outras áreas foram igualmente abordadas pelo chefe do Governo e líder do Partido Socialista nesta sua deslocação a Leiria ao plenário de militantes.

José Sócrates recordou a propósito, e entre outros aspectos positivos do seu Executivo, as diversas reformas já encetadas, em áreas tão sensíveis e diversificadas como a Justiça, Educação, Administração Pública e, sobretudo, como acentuou, “no combate ao défice”, uma batalha que este Governo está a vencer, com a

efectiva redução do défice público para os 3,9 por cento em 2007.

Lembrou ainda os importantes avanços em esferas como o estatuto do aluno, o reforço da autoridade dos professores ou ainda, por exemplo, como frisou, “na diminuição do número dos processos judiciais”.

O secretário-geral do Partido Socialista recordou ainda que o combate ao défice se está a desenvolver “sem o recurso a receitas extraordinárias” evitando a má solução seguida pelo anterior Governo de direita, mas através da boa solução que passa, por um lado, por “baixar a despesa da Administração Pública” e, por outro lado, em encontrar os melhores caminhos para aumentar o nível das nossas exportações, cenário que na sua perspectiva torna o aparelho de Estado mais competitivo.

A aposta na tecnologia e no conhecimento foram outros dos aspectos salientados por José Sócrates, tendo na ocasião lembrado que o seu Governo aumentou em 64 por cento a dotação orçamental para a investigação.

Por seu lado, em Castelo Branco, o camarada Viera da Silva considerou “bastante positivos os dois anos de Governo socialista”, acusando a oposição de “ter um discurso marcado pela demagogia e irrealismo”.

O problema, disse, é que a oposição insiste em nunca querer ver os avanços indiscutíveis que o país tem alcançado, insistindo, por outro lado, que “tudo se faça ao mesmo tempo”.

Vieira da Silva comparou a situação em que o PS encontrou o país em 2005, com o momento actual, enumerando o conjunto de medidas e de reformas tomadas pelo Executivo,

para destacar, entre outras iniciativas, a correcção das contas públicas, o aquecimento da nossa economia, as reformas da Administração Pública, das forças de segurança e da Segurança Social, para terminar lembrando que o aumento do IVA, “tão criticado pela oposição”, nunca é mencionado como um imposto que tem sido canalizado “integralmente para a Segurança Social”.

Quanto ao desemprego, “que ao contrário do que a oposição diz, não o escondemos ou escamoteamos”, Vieira da Silva defendeu que o Governo já conseguiu estancar, para já, “a subida da taxa de desemprego”, reconhecendo contudo, que não “conseguimos ainda impedir que se mantenha em níveis excessivamente altos”.

Em Coimbra, o plenário de militantes contou a com a participação do camarada Santos Silva que começou por criticar o PSD por ter “acolhido velhacamente” as insinuações sobre a licenciatura do primeiro-ministro, acusando o líder do maior partido da oposição de ter feito “acusações absolutamente graves e infundadas”.

Para Santos Silva, acusar um adversário político de falta de carácter “revela, por si só, alguns problemas de carácter”, concluindo para dizer que é preciso explicar à direita, “que quando olha para nós não se vê ao espelho”.

A meio da legislatura, disse ainda Santos Silva, o Governo conseguiu resultados “muito positivos” em domínios que passam pela consolidação das contas do Estado, reformas em diversos sectores prioritários para o bom funcionamento do país e por novas políticas ligadas ao sector social.

De entre os progressos já conseguidos, destacou a descida do défice orçamental de 6,8 para 3,9 por cento do PIB, tendo-se registado, em simultâneo, um crescimento da economia, em 1,3 pontos percentuais.

Lembrou ainda que a economia portuguesa cresceu com este Governo, sustentada sobretudo nas “exportações de sectores com alguma intensidade tecnológica”, tendo o país ganho quota de mercado “quer ao nível global quer nos mercados mais exigentes”. R.S.A.

## OPINIÃO



**ÓSCAR GASPAR**  
Economista e militante  
n.º 26.303

*Temos constatado que as reformas introduzidas no funcionamento da Administração Pública vão no exacto sentido do que os investidores valorizam e procuram e o Simplex é uma marca que vale muito milhões (em certidões, em horas perdidas, em papeis preenchidos de forma repetida para diversas entidades da Administração)*

## PORTUGAL SEXY

O PSD, ou melhor, uma pequena parte do PSD onde se inclui o porta-voz para as questões económicas, alimentou nas últimas semanas a ideia de que “a folga” orçamental permitiria reduzir o IRC. O pressuposto não é verdadeiro e a justificação da prioridade é mais do que duvidosa.

Os portugueses percebem perfeitamente que não há nenhuma folga orçamental, a não ser na benevolência com que o PSD aprecia o excelente e não previsto resultado da consolidação das finanças públicas em 2006. Não há nenhuma folga porque ainda estamos num processo que, a decorrer conforme a estratégia delineada em 2005, permitirá ao país viver sem o garrote do incumprimento dos compromissos internacionais (quer dizer, descredibilidade, perda de fundos e aumento das taxas de juros) e com liberdade de utilizar mais activamente a política económica ao serviço do desenvolvimento.

Concentremo-nos então na prioridade de baixar o IRC. Não querendo ir tão longe como o prof. Silva Lopes, que disse que “a diminuição da carga fiscal serve para pôr mais dinheiro nas algibeiras de alguns, não serve para dar mais crescimento económico”, devemos discutir se a tributação dos rendimentos é ou não o principal factor de atracção de investimento, nomeadamente estrangeiro.

O nível do IRC em Portugal não consta em lado nenhum como um dos principais obstáculos à captação de investimentos. Para mais, o imposto sobre os rendimentos das empresas é muito mais baixo do que na média da União Europeia e do que na grande maioria dos nossos parceiros. Os estudos sobre competitividade fiscal provam-no. Mais, o IRC no espaço de 15 anos baixou de 36,5 por cento para 25 por cento e os socialistas sabem bem a quem pertence o mérito de parte substancial deste movimento. Por outro lado, alguns esquecem que entre a taxa legal e a taxa efectiva de tributação há um rol importante de excepções, isenções e ...práticas agressivas de planeamento fiscal. É curioso que quem vem defender agora a redução do IRC seja o mesmo que há seis meses defendia que se a taxa de tributação da banca era muito inferior à taxa legal então o que se deveria ajustar era a taxa legal!

Não se vê como uma redução do IRC em três pontos poderia tornar Portugal no centro das atenções do investimento mundial. Passou mais ou menos despercebido em Portugal mas a API – Agência Portuguesa de Investimentos ganhou muito recentemente um prémio mundial pelo seu desempenho. Em 2006 terão sido assinados contratos de investimento num valor próximo dos 4 mil milhões de euros e Portugal, de forma activa e ponderada, não perdeu as hipóteses de modernizar e aumentar o sistema produtivo. E para este desempenho também terá contribuído o regime contratual que a lei prevê e que permite negociar condições fiscais dependendo do volume de emprego criado, do nível de exportações e de outros contributos para a economia nacional.

O que os estudos e os inquéritos nos dizem é que os empresários estrangeiros reclamam de Portugal a simplificação de procedimentos administrativos, desde o licenciamento até ao cumprimento das prestação regular de informações. As empresas inibem-se e receiam quando o recurso à justiça se perspectiva moroso e complexo. Para que os mercados funcionem de forma eficiente é necessário que estejam garantidas as condições para uma concorrência sã e regulada. Um ambiente de negócios estável gera a confiança propícia à localização de um investimento. O que temos constatado é que as reformas introduzidas no funcionamento da Administração Pública vão no exacto sentido do que os investidores valorizam e procuram e o Simplex é uma marca que vale muito milhões (em certidões, em horas perdidas, em papeis preenchidos de forma repetida para diversas entidades da Administração).

Os trabalhadores portugueses são eficientes e dedicados. É um paradoxo que Portugal esteja na cauda da produtividade europeia e as filiais das multinacionais que estão no nosso país sejam das mais eficientes dentro das suas estruturas. A qualidade da mão-de-obra portuguesa é um factor que nos beneficia. É sabido que temos que aumentar de forma contínua as qualificações mas o desafio também se coloca de forma muito crítica na organização das empresas portuguesas.

Uma última palavra para não fugir a uma reivindicação clássica dos investidores: a liberalização dos despedimentos. Este é um campo em que o Partido Socialista tem uma posição clara rejeitando teses liberais: “O PS sustenta que nenhuma revisão da legislação laboral pode ser adequada se não promover, no plano nacional, o diálogo e a concertação social e, ao nível dos sectores e das empresas, a negociação colectiva e a participação dos trabalhadores nas decisões que lhes dizem respeito”.



# Programa do PS/Madeira tem como prioridade as pessoas



Este programa de Governo representa uma nova visão estratégica, com novas políticas, para tornar a sociedade madeirense mais solidária, mais competitiva, mais sustentável e com maiores níveis de progresso e bem-estar”

Defendemos um modelo de desenvolvimento assente em dois pilares fundamentais: a competitividade e a coesão”

JACINTO SERRÃO

**“As pessoas e a sua valorização” são a “prioridade das prioridades” do programa socialista para a Madeira, afirmou Jacinto Serrão, candidato do PS à presidência do Governo Regional, sublinhando que “a grande aposta será na educação articulada com a formação, com a ciência, investigação e cultura”.**

J. C. CASTELO BRANCO

O LÍDER do PS/Madeira falava na sessão oficial da apresentação do programa de Governo que o PS vai apresentar ao eleitorado nas eleições de 6 de Maio, que representa “uma nova visão estratégica, com novas políticas, para tornar a sociedade madeirense mais solidária, mais competitiva, mais sustentável e com maiores níveis de progresso e bem-estar”.

O programa socialista é composto por “dez princípios para uma nova maioria, novas políticas para a mudança necessária”, que passam, entre outros aspectos, por investir nas pessoas, promover a criação de emprego e combater o desemprego, apostar na inclusão e combater a pobreza, desenvolver uma política social dirigida aos cuidados continuados de saúde, reforçar a competitividade económica e a coesão.

Mas também por objectivos

como promover a sustentabilidade, estimular uma sociedade de inovação, conhecimento e cultura, estabelecer um sistema financeiro e fiscal ao serviço do desenvolvimento, governar com uma administração regional ao serviço do cidadão e viver a autonomia com mais liberdade e mais qualidade.

No âmbito da aposta na valorização das pessoas, Jacinto Serrão referiu que o programa estabelece como “grande desígnio” da região a “rápida convergência com os níveis educativos dos países europeus e proporcionar aos madeirenses uma formação técnica e científica à altura das exigências do séc. XXI”.

Neste quadro, o PS/Madeira propõe “uma educação ao serviço do desenvolvimento e em condições de igualdade que só a escola pública e democrática pode garantir”.

Para tirar a região autónoma da crise em que se encontra mergulhada, o PS/Madeira defende

“um modelo de desenvolvimento com políticas concretas geradoras do Produto Interno Bruto e de emprego”.

De acordo com líder socialista madeirense, este modelo de desenvolvimento assenta em dois pilares fundamentais, a competitividade e a coesão territorial e social, porque só assim “é que se promove o crescimento da economia, com a garantia de sustentabilidade”.

## Competitividade e coesão

É que, sublinhou, para o PS/Madeira, “o desenvolvimento e a competitividade não se faz a qualquer custo, deverá conter uma dimensão social e ambiental”.

E defendeu ser necessário a criação de “um bom ambiente de negócios na região, atraindo o investimento privado de alto valor acrescentado”.

Numa região ultraperiférica como a Madeira, Jacinto Serrão afirmou que o porto e o aeroporto “são factores essenciais de competitividade e estes equipamentos passarão a estar ao serviço do interesse público”. Como tal, adiantou, “vamos diminuir os custos da ultraperiferia,

seja pela via do mercado, seja pela intervenção pública”.

Sublinhando que a luta contra a pobreza e a exclusão é outra das prioridades do programa de Governo, Jacinto Serrão disse que quer “uma Madeira moderna e uma sociedade progressista”, sublinhando, no entanto, que “só há progresso quando tivermos uma sociedade inclusiva e sem pobreza”.

Por isso, adiantou, os socialistas vão criar “um programa de luta contra a pobreza, que ficará sob a tutela do presidente do Governo Regional”, porque, frisou, “no combate à pobreza não podem existir obstáculos burocráticos, nem hierárquicos”.

E anunciou que este programa ficará sob a sua tutela, porque “a pobreza extrema é para erradicar na Madeira”.

Por outro lado, Jacinto Serrão sustentou que “a verdade das contas públicas, o rigor e a transparência” são elementos fundamentais para “um bom relacionamento com o Governo da República e para assegurar mais apoios do Estado e da Europa”.

E reafirmou que “a consolidação da autonomia” constitui para os so-

cialistas “um elemento relevante na afirmação da nossa terra e do nosso povo”, lembrando, a propósito, que “o PS/Madeira sempre esteve na linha da frente do combate por mais autonomia e por uma melhor democracia”.

Para Jacinto Serrão, a autonomia “deve estar ao serviço da democracia e da liberdade”, e, por isso, “com uma maioria do PS, a Assembleia Legislativa da Madeira cumprirá a sua função, exigirá uma democracia de qualidade, o bom funcionamento das instituições e fiscalizará toda a acção do Governo Regional”.

E adiantou que será criado “um regime de incompatibilidades para colocar ponto final na escandalosa promiscuidade entre os interesses público e privado”, além da implementação de um estatuto remuneratório e de reforma dos políticos.

A finalizar a sua intervenção, Jacinto Serrão disse que os socialistas propõem aos madeirenses e portosantenses “a ambição de uma Madeira mais moderna, competitiva, desenvolvida e solidária, fundada na qualidade dos seus recursos humanos” de forma a garantir “um desenvolvimento sustentável”.

**Acção Socialista**

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

[www.accaosocialista.net](http://www.accaosocialista.net)

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco [cbranco@ps.pt](mailto:cbranco@ps.pt), Mary Rodrigues [mary@ps.pt](mailto:mary@ps.pt), Rui Solano de Almeida [rsolano@ps.pt](mailto:rsolano@ps.pt) ■ **Secretariado** Virgínia Damas [virginia@ps.pt](mailto:virginia@ps.pt) ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Quer receber o “Acção Socialista” em formato digital, no próprio dia? Envie-nos um mail com o seu número de militante para [accaosocialistanahora@ps.pt](mailto:accaosocialistanahora@ps.pt)